



**EAD – Educação Aberta à Distância**  
**Curso de Gestão Pública Municipal**

**PROGRAMA BPC NA ESCOLA**

Desafios e estratégias de implementação no município de  
Guaramiranga (CE).

Ana Geórgia Veras Santana

Fernão de la Roche d'Andrade Sampaio

Guaramiranga (CE)  
2014

Ana Geórgia Veras Santana  
Fernão de la Roche d'Andrade Sampaio

## **PROGRAMA BPC NA ESCOLA**

Desafios e estratégias de implementação no município de  
Guaramiranga (CE).

Monografia apresentada ao curso de especialização em Gestão Pública, promovido pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção do Grau de Especialista em Gestão Pública.

Guaramiranga (CE)  
2014

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira  
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)  
Biblioteca Setorial Campus Liberdade  
Catalogação na fonte**

**Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219**

---

S222p Santana, Ana Geórgia Veras.

Programa BPC na escola Desafios e estratégias de implementação no município de Guaramiranga (CE). / Ana Geórgia Veras Santana; Fernão de la Roche d'Andrade Sampaio. – Guaramiranga, 2014.

86 f.; 30 cm.

Monografia do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientadora: Prof. Maria Andréa Luz da Silva.  
Inclui figuras, gráficos e referências

1. Deficientes - Direitos fundamentais. I. Título. II. Sampaio, Fernão de la Rochele d'Andrade.

CDD 362.4

---

## **PROGRAMA BPC NA ESCOLA**

Desafios e estratégias de implementação no município

de Guaramiranga (CE).

Monografia aprovada em 30/07/2014.

---

Professora Maria Andréa Luz da Silva

---

Professora Ana Paula Pinto Bastos

---

Professora Francineide Bezerra Goergen

Guaramiranga (CE)  
2014

## **DEDICATÓRIA**

Dedicamos a todos os nossos mestres, pessoas de grande importância nessa nossa caminhada, que nos orientaram e deram subsídio para que chegássemos aqui e em especial a Professora Andrea Luz, que tão bem no guiou rumo ao sucesso dessa empreitada.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos nossos familiares que sempre estiveram presentes nos momentos difíceis e compreenderam nossas ausências;

A UNILAB pela oportunidade que nos deu de podermos ampliar nossos horizontes.

Aos nossos tutores que tão bem conduziram nosso aprendizado.

Aos nossos colegas que estiveram lado a lado conosco nessa caminhada.

Aos gestores das áreas de Assistência Social, Educação e Saúde do município de Guaramiranga que entenderam a importância de nosso trabalho e nos deram total apoio e liberdade.

## RESUMO

O presente trabalho busca trazer reflexões acerca do Programa BPC na Escola no município de Guaramiranga - CE e suas implicações quando não efetivado de maneira propositiva. Nessa perspectiva, partimos de uma investigação qualitativa e quantitativa, realizando entrevistas com os gestores das três Políticas Públicas que executam o BPC na Escola: Assistência Social, Saúde e Educação, e também com os beneficiários do BPC em idade escolar ou seus responsáveis. Realizamos pesquisa documental nos marcos legais pertinentes ao tema estudado, tais como: Constituição Federal de 1988-CF, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Política Nacional de Assistência Social – PNAS, Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007 e outras fontes que nos serviram de parâmetro para embasar legalmente o Trabalho de Conclusão de Curso. O Benefício da Prestação Continuada – BPC foi instituído através da CF de 88 e regulamentado pela LOAS de 93; o referido benefício é dado às pessoas com deficiência (em qualquer faixa etária e com impedimento físico, sensorial, motor e mental por longo prazo) e a idosos em situação de vulnerabilidade econômica e social e que não contribuíram com o **Instituto Nacional de Seguro Social – INSS**. O Programa BPC na Escola assegura aos beneficiários em idade escolar, condições de permanência no âmbito da escola e é firmado através da intersetorialidade das políticas citadas.

Palavras-chaves: Pessoas com deficiência (PCDs), Benefício da Prestação Continuada, Crianças e Adolescentes, Educação Inclusiva, BPC na Escola.

## **ABSTRACT**

This paper seeks to bring reflections on the BPC Program at the School in the municipality of Guaramiranga - Ce and its implications when not effected in a positive way. In this perspective, we start from a qualitative and quantitative research, conducting interviews with the managers of the three Public Policies running BPC School: Welfare, Health and Education, as well as the BPC beneficiaries or their responses. Also conducted documentary research in the relevant academic studies , such as legal frameworks : the Constitution of 1988 - CF , Organic Law of Social Assistance - Invalidity , National Social Assistance Policy - PNAS , Normative Interministerial No. 18 , April 24 2007 and other sources that have served us parameter legally to support the work of Course Completion . The Benefit of Continuous Support - BPC was established by the CF of 88 and regulated by the Invalidity of 93 , those benefits are given to people with disabilities ( at any age and with physical , sensory , motor and mental impairment for long-term ) and elderly in a situation of economic and social vulnerability and not contributed with the National social Security Institute - INSS.O BPC in School Program assures beneficiaries of school age , conditions of stay at the school and is signed through intersectoral policies cited.

Key-words: people with disabilities, Benefit from Continuous Support, Children and Adolescents, Inclusive education, BPC in School.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

BPC – Benefício da Prestação Continuada

CAPs – Caixas de Aposentadorias e Pensões

CF- Constituição Federal

ECA – Estatuto da Criança e do adolescente

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social

IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional de Seguro Nacional

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LDB- Leis de Diretrizes de Base

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

MS – Ministério da Saúde

MST – Movimento dos Sem Terra

NBR – Norma Brasileira

PCDs – Pessoas com Deficiência

PETI – Programa de Erradicação do trabalho Infantil

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

RMV – Renda Mensal Vitalícia

SDH/PR – Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República

SUS- Sistema Único de Saúde

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Pg.

<b>Figura 1</b> - Mural na Sala de Multifuncional da EMEF Júlio Holanda .....	41
<b>Figura 2</b> – Barreiras de acesso na Escola Júlio Holanda .....	44
<b>Figura 3</b> - Alunos de sala de aula mista na Escola Júlio Holanda .....	45
<b>Figura 4</b> - O aluno cadeirante em seu caminho para a escola .....	47
<b>Gráfico 1</b> – Recebe Bolsa Família? .....	50
<b>Gráfico 2</b> – Qual o tipo de deficiência do beneficiário? .....	51
<b>Gráfico 3</b> – Quanto ao acesso à escola? .....	51
<b>Gráfico 4</b> – Qual o ano/ciclo? .....	53
<b>Gráfico 5</b> – Utiliza transporte escolar .....	53
<b>Gráfico 6</b> – Transporte escolar é adequado? .....	54
<b>Gráfico 7</b> – Barreiras físicas encontradas na escola .....	54
<b>Gráfico 8</b> – Condições que a escola precisa criar para beneficiários(as) .....	55
<b>Gráfico 9</b> – Escola possui mobiliário adequado .....	56
<b>Gráfico 10</b> – Acessibilidade à escola .....	56
<b>Gráfico 11</b> – Atividades junto às famílias .....	57
<b>Gráfico 12</b> – Entendimento de Escola inclusiva .....	58
<b>Gráfico 13</b> – Ações pedagógicas de inclusão de PCDs.....	58
<b>Gráfico 14</b> – Adequações físicas da escola .....	59
<b>Gráfico 15</b> – Material para atendimento pedagógico .....	59
<b>Gráfico 16</b> – Avaliação diagnóstica em alunos .....	60
<b>Gráfico 17</b> – Tratamento especializado .....	60
<b>Gráfico 18</b> – Avaliação de aprendizagem em PCDs.....	61
<b>Gráfico 19</b> – Participação de curso em AEE .....	61
<b>Gráfico 20</b> – Acesso a informativos sobre AEE .....	62
<b>Gráfico 21</b> – Equipamentos específicos para AEE .....	62
<b>Gráfico 22</b> – Nível de utilização do material de AEE .....	63
<b>Gráfico 23</b> – Nível de ajuda dos alunos para as PCDs.....	63
<b>Gráfico 24</b> – Resistência familiar às PCDs.....	64
<b>Gráfico 25</b> – Conhecimento da Legislação para PCDs.....	64
<b>Gráfico 26</b> – Prática da legislação.....	65
<b>Gráfico 27</b> – Preconceito dentro da escola .....	65
<b>Gráfico 28</b> – Preparação dos profissionais para lidar com PCDs .....	66
<b>Gráfico 29</b> – Informações ao Censo Escolar de PCDs .....	66
<b>Gráfico 30</b> – Planejamento específico para atendimento às PCDs .....	67

<b>SUMÁRIO</b>	<b>Pg.</b>
1. INTRODUÇÃO.....	11
2. PERCORRENDO A TEORIA .....	16
2.1 - NA TRILHA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	16
2.1.1 Compreendendo “Políticas Públicas” .....	16
2.1.1.1 Elementos das Políticas Públicas .....	17
2.1.1.2 Objetivos das Políticas Públicas .....	17
2.1.2. Políticas Públicas no Brasil e no mundo.....	18
2.1.2.1. Políticas Públicas no Brasil – Legado e histórico .....	18
2.1.3. Os Atores das Políticas Públicas .....	22
2.1.4. As fases das Políticas Públicas .....	22
2.1.5. Políticas Públicas Municipais.....	23
2.1.5.1 – Municípios e suas realidades.....	23
2.1.6. As Políticas Públicas no tripé Saúde – Educação - Assistência Social .....	24
2.1.6.1 – Saúde .....	24
2.1.6.2 – Educação .....	25
2.1.6.3. - Assistência Social .....	26
2.1.7. À guisa de conclusão .....	27
2.2 - Historiando a Política de Assistência Social no Brasil .....	27
2.3 – Benefício de Prestação Continuada (BPC) .....	32
3. O BPC NA ESCOLA E SEUS DESDOBRAMENTOS .....	35
3.1- A trajetória do Programa BPC na Escola .....	35
3.1.1. Percurso histórico dos Programas de Transferência de Renda no país .....	35
3.1.2 - O Benefício da Prestação Continuada (BPC) e seus marcos legais .....	37
3.1.3 - O Programa BPC na Escola no município de Guaramiranga .....	39
3.2 - Educação Inclusiva .....	41
3.2.1 – O Papel da Escola .....	41
3.2.2 – As Barreiras de Acesso à Educação .....	43
3.2.2.1 – Barreiras Físicas .....	43
3.2.2.2 – Barreiras Atitudinais .....	46
3.3 - Vivenciando a pesquisa .....	49
3.3.1 – Um olhar sobre o cotidiano dos beneficiários do BPC de	49

Guaramiranga em idade escolar .....	50
3.3.2 – Um olhar sobre o cotidiano das escolas de Guaramiranga .....	57
3.3.3 - Um olhar sobre o Programa BPC na Escola na perspectiva dos gestores das Políticas de Assistência Social, Educação e Saúde.....	67
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	71
5. REFERÊNCIAS .....	74
6. APÊNDICES .....	80

## 1. INTRODUÇÃO

Esclarecer os motivos que nos levaram a desenvolver o presente trabalho, implica em retomar boa parte de nossas vidas profissionais. No ano de 2009 começamos a trabalhar no município de Guaramiranga-Ce, ano em que também participamos de uma capacitação cujo tema era “O Programa BPC na Escola”. Após essa formação retornamos ao trabalho com uma inquietante questão: Por que o citado programa não acontece de maneira eficaz e eficiente nos municípios? Quais os desafios encontrados pelos gestores para programarem o Programa? Essas dúvidas nos acompanham até então, por isso, quando conclamados a selecionar o tema para nossa pesquisa não tivemos dúvidas em escolher os desafios de implementação do BPC.

Somos sabedores de que o desrespeito, o preconceito e a discriminação são uma constante na vida das pessoas com deficiência (PCDs) e que as ações voltadas a elas, na grande maioria das vezes direcionam-se apenas para a área da educação e, diga-se de passagem, muitas vezes seus agentes não primam pela qualidade dos serviços, os quais até bem pouco tempo eram vistos como obras de caridade e/ou assistencialismo. Nesse sentido, tornou-se necessário que essas pessoas se organizassem em uma luta por cidadania e respeito aos seus direitos. Muitas conquistas foram alcançadas, dentre elas a criação do citado benefício que assegura o repasse de um salário mínimo para pessoas com deficiência (PCDs) e idosos a partir de 65 anos. Contudo, milhões de crianças e jovens que são beneficiárias desse programa não estão frequentando a escola ou simplesmente a abandonaram por falta de condições de acesso, tendo, portanto, um direito assegurado e outro cerceado.

Sabemos que as deficiências físicas e/ou mentais sempre foram tratadas de maneira preconceituosa pelo meio social, e faz-se necessário aqui enfatizar que as pessoas com deficiência, até pouco tempo, não possuíam seus direitos respeitados, sendo em sua grande maioria alijadas de todos os âmbitos da sociedade, fato este que somente passou a mudar no Brasil com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando alça a Assistência Social ao patamar de Política Pública e incide de forma enfática na garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Segundo dados do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Brasil possui 24 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, um segmento da população considerável que merece atenção específica do poder público. Esse dado demonstra a expressividade da questão da deficiência na organização da proteção social do país, especialmente quando se trata de políticas com caráter distributivo e de proteção social.

Para dirimir um pouco mais essa situação, algumas medidas foram tomadas a exemplo do Benefício da Prestação Continuada – BPC, que foi legitimado através da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e **contemplando idosos** a partir de 65 anos e indivíduos com algum tipo de deficiência que os impeça de gozar de uma vida plena, com o recebimento de um salário mínimo.

Entende-se, a priori, que o BPC deveria dar qualidade de vida aos contemplados, contudo, não é isso que se percebe com alguns beneficiários, principalmente aqueles que estão em idade escolar, que não tem garantido seu direito de acesso a uma educação de qualidade.

No intuito de melhor entender a natureza desse benefício é que nos debruçamos na presente pesquisa, pelo fato de haver poucos estudos acerca da questão levantada. Dessa forma **pensamos contribuir** para a melhoria de vida dos beneficiários e suas famílias que estão alijados do processo educacional.

O objetivo geral da pesquisa foi realizar um estudo sobre o Programa BPC na Escola, no município de Guaramiranga- CE, buscando identificar os principais desafios para sua efetivação. Alguns outros objetivos foram delineados, tais como: Identificar quais barreiras físicas e atitudinais existentes nas escolas municipais que impedem a inclusão de crianças e jovens de até 18 anos, nesse universo, verificando as causas da evasão escolar dessas crianças e jovens.

O presente trabalho foi desenvolvido tendo como instrumentais: pesquisa qualitativa, quantitativa, pesquisa bibliográfica e entrevista

estruturada. Esses insumos foram de grande relevância para a coleta de dados e posteriormente para a construção dos saberes acerca do tema escolhido.

A pesquisa qualitativa compreende um conjunto de técnicas interpretativas que **propendem( a Fran passou um traço nessa palavra, mas, eu não entendi o que ela quis dizer com isso)** descrever e decodificar a complexidade do objeto de estudo, no nosso caso o Programa BPC na escola no âmbito do município de Guaramiranga. De acordo com Maanen (1979, p. 520), a pesquisa qualitativa reduz a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados. Na pesquisa quantitativa temos a coleta de informações de maneira mais precisa, geralmente com a aplicação de questionários e/ou formulários que conseguem mensurar, através de técnicas estatísticas, os dados. Outro insumo importante empregado foi a pesquisa bibliográfica, que, em linhas gerais, se constituiu em estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, jornais, artigos, dentre outros.

**A coleta de dados deu-se da seguinte forma:(retirar a frase “Importante frisar” e começá-la do jeito que está acima)**

- Aplicação de questionário estruturado semiaberto no universo das famílias compostas por pessoas contempladas com o BPC com idade de até 18 (dezoito) anos, perfazendo um total de 11 (onze);
- Aplicação de dez (10) questionários estruturados fechados com núcleos gestores, professores e funcionários de cada uma das seguintes escolas públicas do município de Guaramiranga, EMEF Rodrigo de Argolo Caracas, EMEF Júlio Holanda e EMEF Linha da Serra;
- Entrevista estruturada com gestores das pastas de Educação, Saúde e Assistência Social do município de Guaramiranga.

**Os resultados das pesquisas estão interpretados no tópico** (retirei a vírgula depois de interpretados)“Vivenciando a pesquisa”, bem como nas considerações finais deste projeto, à luz dos conceitos e modelos teóricos explicativos que elucidam os questionamentos postos no início do projeto.

Partimos da problemática de que as pessoas com deficiência ao longo de suas vidas passam por incontáveis obstáculos a fim de verem garantidos seus direitos. Daí é que passamos a repensar a problemática do deficiente, destacando seus estigmas, suas limitações e seus direitos como cidadãos, direitos estes, que passam por sua inclusão no sistema educacional do Brasil. Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que a problemática das pessoas com deficiência passou a ter mais ênfase nas discussões políticas do país.

Nesse sentido, várias ações e estratégias foram lançadas por meio da intervenção governamental e não governamental, no intuito de minimizar os efeitos danosos da exclusão de pessoas com deficiência no meio social, especialmente crianças e jovens. Dentre as quais podemos mencionar o Programa BPC Escola, que é um programa de acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência na escola de pessoas com deficiência e que são beneficiárias do Benefício da Prestação Continuada – BPC. O público prioritário desse Programa é aquele que está em idade escolar e possui até 18 (dezoito) anos. O referido Programa foi instituído por meio da Portaria Interministerial MDS/MEC/MS/SEDH, N° 18, de 24 de abril de 2007. É um programa do Governo Federal, abrangendo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Ministério da Educação – MEC, Ministério da Saúde – MS e Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR.

A necessidade de criar o Programa BPC na Escola surgiu após o Censo Escolar 2007 realizado pelo MEC, onde apenas 21% dos beneficiários do BPC com até 18 anos e com alguma deficiência tinha acesso à escola. Esse fato é muito grave, pois o citado benefício possui em seu âmago a condição de incluir os que estão alijados de seus direitos. Surge, então, um paradoxo: a criança e/ou jovem recebem o benefício, contudo, não gozam de seus direitos.

A execução do programa se dá através de estratégias e ações realizadas por três importantes políticas: Assistência Social, Educação e Saúde. Claramente observamos que para a execução do Programa BPC na

Escola é necessário colocar em prática um termo bastante em voga: a intersetorialidade.

**O Programa em pauta** atua, portanto, em questões bastante complexas, por isso, é tão importante construir debates, fomentar na sociedade o desejo de participar desse movimento e, sobremaneira, conseguir fazer valer o direito de estudar em escolas que sejam capazes de acolher jovens e crianças com deficiência.

Diante desse panorama, fomos instigados a pesquisar quais os desafios postos na realidade do município de Guaramiranga-Ce, para que o Programa BPC na Escola pudesse ser, de fato, efetivado. A pesquisa contribuirá, significativamente, para a concepção de ações que visem superar os desafios percebidos nesse cenário, bem como impulsionar o citado programa no âmbito municipal, diminuindo os gargalos que impedem a plena vivência dos direitos constitucionais desses cidadãos.

## 2. PERCORRENDO A TEORIA

Com o objetivo de fundamentar o referencial teórico da problemática apresentada, faremos algumas considerações sobre determinados conceitos que achamos pertinentes para a melhor elucidação do tema. São eles: Políticas Públicas, Políticas de Assistência Social e Benefício de **Prestação** Continuada. (no trabalho estava inscrito Provisão)

### 2.1 - Na trilha das Políticas Públicas

Para Di Giovanni (2009):

*“A expressão políticas públicas parece ter entrado definitivamente no vocabulário contemporâneo. Sua presença constante na imprensa, nas agendas públicas, nos documentos públicos e não-governamentais, nos pronunciamentos políticos, nas pautas de movimentos sociais, revela uma avassaladora presença do tema na vida cotidiana dos países democráticos.” (DI GIOVANI, 2009, p.08)*

Políticas Públicas são um conjunto de diretrizes governamentais para solucionar questões relacionadas ao sistema e aos direitos constitucionais, atingindo todas as áreas de abrangência da esfera pública. São orientações para a tomada de decisões, o que requer estudos, planejamento e investimentos.

Para um entendimento mais claro do que vem a ser “Políticas Públicas”, indicaremos alguns conceitos, sua área de abrangência nos vários níveis do poder público e suas especificidades de temas (social, saúde, educação, econômico, etc.).

De forma sucinta descortinaremos, também, todo o processo de sua implementação, desde sua formulação até a fase final de avaliação e como as várias camadas da sociedade podem participar de sua elaboração, quer seja melhorando aquelas já postas, quer seja sugerindo novas propostas.

#### 2.1.1. Compreendendo “Políticas Públicas”

Para melhor compreendermos as políticas públicas faremos um breve relato de como elas se comportam, quais seus elementos constitutivos e seus objetivos.

### **2.1.1.1- Elementos das Políticas Públicas**

Políticas públicas são conjuntos de interações entre o Estado e a sociedade, visando à efetivação de direitos assegurados constitucionalmente ou que assim se afirmem, e que envolvem geralmente aplicação de recursos públicos, podendo contar com a participação das esferas pública e privada. Lembrando, porém, que nem sempre há consonância entre as manifestações e declarações de vontade e a consumação das ações.

As políticas públicas trazem em seu bojo, as mais variadas formas do exercício de poder político, envolvem a distribuição e redistribuição desse poder, a função do conflito social nos processos decisórios, a divisão de benefícios e custos sociais. Envolvidos nesse processo estão vários atores, com os mais distintos anseios, modos de pensar, intuítos e interesses, necessitando de uma rede elaborada de mediações para chegarem a um ponto comum, fator que legitima e torna as políticas públicas eficazes.

O Professor Teixeira (2002) coloca:

“Podemos dizer que elaborar uma política pública seja determinar quem decide o quê, com que consequências e para quem e quando. Essas definições estão diretamente ligadas à natureza do regime político em que se vive, com o nível de organização social e com a cultura política vigente. Dessa feita, cabe distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora o Estado seja seu foco. Para serem “públicas”, é preciso levar em consideração a quem se destinam os benefícios ou resultados, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.” (TEIXEIRA, 2002, p. 02)

### **2.1.1.2 – Objetivos das Políticas Públicas**

Para entendermos mais claramente quais os objetivos das Políticas Públicas citamos Sotto Maior Neto (2010):

“Políticas públicas constituem propostas do Estado formuladas com o objetivo do cumprimento de seu papel institucional e indelegável de atuar na promoção do bem-estar de todos, especialmente para assegurar e universalizar os direitos elementares à cidadania, tais como educação, saúde, habitação, saneamento, urbanização, esporte, cultura, lazer, profissionalização e, em caráter supletivo, assistência social.”

O mesmo autor conclui: “Quanto mais injustas as estruturas estabelecidas numa sociedade maior a necessidade de intervenção positiva do Estado no sentido da regulação e proteção social. A modificação da realidade social, todavia, não se dá apenas com a formulação de políticas públicas, mas sim com a canalização dos recursos públicos necessários à implementação dos objetivos, diretrizes e estratégias destinadas à sua respectiva execução.” (SOTTO MAIOR NETO, 2010, p. 01)

Vale dizer, para que as políticas públicas traçadas não permaneçam meras declarações retóricas (e, por isso mesmo, postergada na sua efetivação ou totalmente relegada ao abandono), necessária é a previsão de recursos orçamentários, indispensáveis ao financiamento das mesmas, bem como vontade governamental e/ou força política dos atores.

## **2.1.2. Políticas Públicas no Brasil e no mundo**

Para abordar o tema das políticas públicas no Brasil, vamos tratá-lo em três grandes blocos. O primeiro discutirá o legado das políticas públicas no Brasil. O segundo, os novos rumos da economia mundial e seus efeitos nas políticas públicas nacionais. E o terceiro, as ameaças e oportunidades para o movimento popular brasileiro.

### **2.1.2.1. Políticas Públicas no Brasil – Legado e histórico**

A partir dos anos 30, o Brasil inicia um processo de profunda transformação, passando de um país essencialmente rural e agrícola, para uma economia com fortes bases na indústria e com 70% da população vivendo nas cidades (Giansanti e Oliva, 1995), tudo isso em menos de cinquenta anos. Essa mudança nos dá ideia da mudança de perfil na sociedade e na economia

em meio século. O que alguns países levaram séculos para fazer, o Brasil fez em cinquenta, sessenta anos.

Nesse período (1920-1980), o Estado brasileiro expunha todo o seu caráter centralizador, autoritário e conservador, deixando de lado todos os conceitos de um Estado de Bem-Estar Social, conceito que virava moda em vários outros países. O Estado apenas promovia o desenvolvimento, sem, todavia, se preocupar com as transformações das relações sociais, pois seu foco estava na tentativa de construir uma potência econômica intermediária no cenário mundial. As políticas públicas estavam voltadas para a promoção desse crescimento econômico, cumprindo o que pretendia o Estado brasileiro, através do processo de aceleração da indústria.

O Estado brasileiro adquire uma postura de realizador e não de regulador, ou seja, aquele que dialoga com a sociedade civil, e nós não temos tradição de fazer isso. Forte herança da Era Vargas que se consolida no período da Ditadura Militar, deixando um viés autoritário muito forte nas políticas públicas do país.

De forma autoritária e conservadora é que eram pensadas as políticas sociais desse período. Os burocratas do pensamento, encastelados na capital federal, esqueciam a heterogeneidade do Brasil e tendiam a pensá-lo como uma média, o que não refletia a realidade, pois a média não diz quase nada desse país tão diverso e *sui generis*. A consequência dessa leitura é a dificuldade em considerar a heterogeneidade real do Brasil. Cada lugar requer uma solução que venha da realidade. A centralização faz com que as propostas venham de cima para baixo, e essa é uma tradição das políticas sociais no país. Junte-se a isso a consequente dificuldade de promover a participação da sociedade.

O Estado brasileiro investiu em projetos grandiosos, caros e com retorno lento, tudo isso para possibilitar que o setor produtivo privado ficasse com o mais leve e rapidamente rentável. Em um grau muito menor, o Estado brasileiro também investiu em serviços sociais, de justiça e segurança, os quais eram imprescindíveis ao projeto que ora apresentava-se. Exemplo disso é a intervenção do Estado, na era Vargas, para regulação das relações trabalho-

capital, que foram responsáveis pela criação do salário mínimo e a essência da legislação trabalhista que até hoje se mantém.

Dessa forma herdamos desse Estado o arcabouço do que seria a oitava economia mundial, porém, ao mesmo tempo, um país com uma fratura social sem igual dentre os países de semelhante perfil.

Com o fim da ditadura, a urgência da criação de uma nova agenda pública era grande e assim se fez, porém em meio a tantas engrenagens políticas um dos itens mais importantes dessa agenda (a Reforma do Estado), se desenhou sem sucesso, faltando diálogos e consensos.

A Nova República se caracteriza pelo vazio deixado pelo período pós-Sarney, o descrédito nas instituições políticas e os sinais de ingovernabilidade. Sintonizada com o ideário do neoliberal, os novos governos brasileiros e suas agendas preconizaram a redução do Estado (reforçada pela mídia que diuturnamente falavam sobre a ineficiência da máquina governamental, oleosa e manipulada por seus “marajás”); A indústria nacional começava a perder sua exclusividade e proteção por parte do Estado e a redução da inflação advém com a implantação do “Plano Real”.

Apesar de todo o entusiasmo político, a efetivação do voto direto, o aparecimento de novos partidos políticos e sindicatos, o estabelecimento do mínimo necessário para o funcionamento das instâncias democráticas, a exemplo do Congresso Nacional e dos meios de comunicação, entre outros, a construção das políticas públicas não ganharam grande participação popular, permanecendo a cargo do Estado a construção de muitas delas, com o agravante de estacionar no Executivo o poder de decisão – distanciando ainda mais o Estado e Sociedade.

Essa situação aumentou o isolamento do Estado, especialmente do Executivo, que se valia na legitimidade das urnas e na capacidade de formulação das políticas públicas por uma elite técnica. O período Collor, *“em nome do Estado Mínimo, ilustrando de forma paradigmática o paradoxo neoliberal, aprofundou a centralização e a concentração de poderes na alta burocracia, estabelecendo um governo plenipotenciário”* (DINIZ, 1997, p. 183).

A década de noventa inicia-se com um governo munido de plenos poderes, não havendo espaço para negociação ou pacto com a sociedade. O Estado é o tema da peça e o Executivo seu ator principal com grandes monólogos. Podemos dizer que o diálogo Estado-sociedade levou um banho de água fria, pois ao executivo, e só a ele, ficou a incumbência de promover reformas e desregulamentar direitos. Era como se estivéssemos assistindo a um filme colorido, mas que já havíamos visto antes em preto e branco. O impeachment de Collor promove um rearranjo nas alianças, para que se mantenha a governabilidade, mas, não alterará substancialmente os rumos e o papel que se resguardará ao Estado no período seguinte.

Os princípios do neoliberalismo norteiam a era Fernando Henrique Cardoso, dando certo refinamento à matriz de concepção de governo. Apoiado por uma aliança de centro-direita, FHC dá maior densidade política e melhor operacionalização à agenda pública através de amplo processo de privatização de estatais; profundas mudanças nos direitos trabalhistas; arrocho da economia, cumprindo exigências das instituições financeiras internacionais e desvirtuação da agenda social que era vista numa ótica de compensação e não como um direito garantido.

O Estado na era FHC passou por grandes mudanças e, evidentemente, a sociedade e suas expressões organizativas não ficaram paralisadas e alguns processos de participação foram instituídos – especialmente na esfera municipal – criação das agências reguladoras, reposicionamento de políticas e projetos, a exemplo das conquistas do MST (Movimento dos Sem Terra), do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei do Consumidor, entre outros.

No entanto, a noção de governabilidade do Estado foi pouco mudada nesse período. Ou seja, se durante esse período ele não se constitui com plenos poderes, também não promoveu os arranjos institucionais capazes de reconfigurar sua natureza de ação, aproximando-se do que seria para nós o sentido de governança, nem tampouco manejou as políticas públicas para que chegássemos ao fim do milênio, com uma nação minimamente segura de maior inclusão social e melhor qualidade de vida.

De acordo com Pogrebinski (2011):

"No governo Lula a participação social vira uma política pública. Mais do que tornar as políticas abertas a uma construção coletiva entre governo e sociedade civil através da participação, o governo Lula tornou a própria participação uma finalidade programática que, a partir de 2003, se concretizou de diversas formas. Para além de um meio passível de realizar os fins necessários ao desenvolvimento do Estado brasileiro baseado na promoção da igualdade e da inclusão social, os dois mandatos de Lula revelaram a participação como um fim em si, um objetivo político e social que pode ser perseguido conjuntamente pelo Estado e pela sociedade de modo a aperfeiçoar e aprofundar a democracia no Brasil.

Durante o governo Lula, constatou-se um processo de gestão de políticas públicas no qual a tecnicidade dá lugar à sabedoria social. Somando os conhecimentos técnicos ao conhecimento de causa, emparelhando gestores e cidadãos, técnicos e lideranças sociais, o governo Lula aproximou Estado e sociedade civil de uma forma nunca antes vista na história brasileira; transformando definitivamente o modo de se fazer políticas públicas, tornando o processo de tomada de decisão mais aberto, plural, inclusivo, legítimo, e, portanto, mais democrático." (POGREBINSCHI, 2011 – p. 06)

“Pais rico é pais sem pobreza”, com esse slogan o governo Dilma Rousseff dá início ao mais ousado plano de erradicação da pobreza no Brasil, fruto de um período de fortes mudanças na trilha das políticas públicas do país, quando tivemos avanços consideráveis na área social, tirando milhares de família de zona de extrema pobreza. Contudo podemos dizer que esse é apenas o meio do caminho entre um país de grandes atrasos e desigualdades e outro mais equânime e desenvolvido. Díficeis barreiras que estão profundamente fincadas e com uma herança histórica muito forte têm que ser transpostas, bem como a desmistificação de alguns conceitos impostos por uma “elite branca” que ainda compõe a base do pensamento nacional.

### **2.1.3. Os Atores das Políticas Públicas**

Lopes e Amaral (2009) denominam atores como:

“Grupos que integram o Sistema Político, apresentando reivindicações ou executando ações, que serão transformadas em Políticas Públicas. No processo de discussão, criação e execução das Políticas Públicas, encontramos basicamente dois tipos de atores: os ‘estatais’ (oriundos do Governo ou do Estado) e os ‘privados’ (oriundos da Sociedade Civil). Os atores estatais são aqueles que exercem funções públicas no Estado, tendo sido eleitos pela sociedade para um cargo por tempo determinado (os políticos), ou atuando de forma permanente, como os servidores públicos (que operam a burocracia).” (LOPES e AMARAL, 2009, p 08)

### **2.1.4. As fases das Políticas Públicas**

Agora que o conceito de políticas públicas já está mais claro, é preciso elucidar as etapas ou ciclos desse processo, que ainda de acordo com Lopes e Amaral (2009), constituem-se assim:

“Ao todo, são cinco fases, que vão desde a formação da agenda – onde são selecionadas as prioridades – até a etapa de avaliação, que é a última, mas nem por isso menos importante do que as anteriores. Veja a seguir, as cinco fases do processo de formulação de políticas públicas:

Fase 1 – Identificação do problema e formação da Agenda: (...) Durante esta fase, um problema é identificado e analisado, e possíveis soluções são exploradas por meio de pesquisa e análise. A medida seguinte é a definição de agenda.

Fase 2 – Formulação de Políticas: (...). Esse é o momento onde deve ser definido qual o objetivo da política, quais serão os programas desenvolvidos e as metas alcançadas, o que significa a rejeição de várias propostas de ação.

Fase 3 – Processo de Tomada de Decisões e Adoção de Políticas: É na implementação que os planos e escolhas são convertidos em ações, resultados. Durante este período, as políticas podem sofrer diversas transformações dependendo da posição do corpo administrativo, que é o responsável pela execução da política.

Fase 4 – Implementação: (...) É o momento onde o planejamento e a escolha são transformados em atos.

Fase 5 – Avaliação: Após a implementação de uma política é importante avaliar a sua eficácia. Pesquisa e análise política são estratégias para avaliar se a política cumpre suas intenções originais e se existem quaisquer resultados não intencionais.” (LOPES e AMARAL, 2009, p. 10-18)

## **2.1.5 - Políticas Públicas Municipais**

### **2.1.5.1 – Municípios e suas realidades**

A partir da Constituição de 88, os municípios passam a ter maior autonomia na definição de suas políticas e na aplicação de seus recursos, no caso das competências exclusivas ou privativas, podendo, também, regular matérias conforme especificidades locais, ou, em caso de omissão de outra esfera, não sendo competência exclusiva, preencher a lacuna.

Os municípios partilham com os Estados e a União essa competência, quer seja através de repasses financeiros, quer através de cooperação técnica. Contudo, essa indefinição das fronteiras de competências gera um problema que assola todos os municípios brasileiros: o excesso de obrigações.

Contudo se essas competências ficassem apenas na esfera executora, o problema não seria tão grande, porém, além de entrar com a força de trabalho, muitas vezes o município também tem que custear esses processos. Estes ficam à mercê das chamadas transferências negociadas, que levam em conta o prestígio, a posição política e o vínculo partidário dos prefeitos e vereadores, cujas alianças são pautadas, na maioria das vezes, pelos interesses clientelistas e eleitoreiros. Os recursos dos fundos de participação são alocados baseando-se em critérios de concentração de renda tributária, ficando os municípios de maior desenvolvimento econômico com a maior fatia. As parcelas transferidas caem com a recessão que reduz os financiamentos e com as políticas de arrocho fiscal que repassam boa parte dos recursos para fundos específicos.

Dessa forma, torna-se um grande desafio para a sociedade civil o ato de propor, formular e participar da gestão de alternativas de políticas públicas. E a melhoria desse processo só se fará quando a distribuição e alocação dos recursos e a composição do poder público forem tratados com honestidade e isonomia.

#### **2.1.6. As Políticas Públicas no tripé Saúde - Educação- Assistência Social**

Faremos, a seguir, um breve relato das conquistas advindas das políticas públicas nas áreas de educação, saúde e assistência, que compõem o tripé intersetorial, cuja sinergia serve como base para a concessão de benefícios, sendo, portanto, as áreas-foco de nossa pesquisa, bem como os principais desafios que se apresentam.

##### **2.1.6.1 – Saúde**

Podemos dizer que dentre as políticas públicas a de saúde foi a que maiores avanços **conseguiu**, tanto na efetivação como na descentralização das ações. Tomou-se a observação de experiências concretas e exitosas como ponto de partida para a criação das propostas que hoje se efetivam, a

exemplo do modelo de gestão implantado no Brasil – o Sistema Único de Saúde (SUS).

O SUS constitui-se como o maior projeto público de inclusão social do país e um dos maiores do mundo. Quando comparamos os números de hoje com os de décadas passadas, os avanços são claros e irrefutáveis, avanços esses que só foram possíveis devido a uma descentralização profunda de competências voltada principalmente para a municipalização, quando foram criadas e postas em funcionamento comissões Intergestores (Tripartite nacional e Bipartites estaduais), fundos de saúde com repasses diretos, a criação e efetivação de conselhos de saúde, e principalmente com a disseminação e a utilização de valores éticos e sociais dessa política em todos os níveis em que ela se aplica, desde os gestores, passando pelos trabalhadores e chegando, finalmente, a o usuário. E podemos certamente dizer que essa conquista de direitos se deu pela força e pressão da sociedade.

Teixeira (2002) coloca:

Embora com a grandiosidade dessa conquista o SUS vivencia hoje sérios entraves. Falta-lhe, talvez, uma coordenação que tenha com principal desafio a equidade de atendimento aos municípios. Na prática, setores privados recebem volumosos recursos para atender setores sociais não carentes, sem contar que o sistema de remuneração dos serviços é muito falho, dando grande margem à corrupção, sem contar que a qualidade desses serviços deixa muito a desejar. Assim, essa redução de gastos, prejudica cada vez mais a grande população carente que realmente necessita dos serviços, pois sua consequência é a precarização do atendimento.

"Mesmo com toda sua fragilidade, a existência de mais de três mil Conselhos Municipais de Saúde nos dá a esperança que uma ação mais ostensiva ainda pode vir a ser tomada que reverta essa atual situação." (TEIXEIRA, 2002, p. 08)

### **2.1.6.2 – Educação**

Já na Educação, o processo de descentralização andou muito pouco.

"Alguns avanços podem ser observados, por exemplo, na gestão da merenda escolar, mesmo que os repasses de recursos ainda não sejam automáticos, transferência da rede de escolas técnicas e algumas experiências exitosas de descentralização em uns poucos municípios. Mas institucionalmente a centralização permanece, os recursos ainda ficam vinculados ao Fundo Nacional de Educação (FNDE) e na Fundação de Apoio ao Estudante (responsável pela distribuição gratuita de livros didáticos e financiamento do transporte escolar), dessa forma a utilização de tais recursos fica atrelada à

vontade política e travada pela burocracia.” (TEIXEIRA – 2002, p. 08)

A educação tem uma importância estratégica para a concretização dos direitos e para atingir um mínimo de equidade social, e os movimentos sociais precisam retomar essa mobilização para efetivar e garantir as conquistas postas na Constituição, sobretudo a garantia da gratuidade de um ensino de qualidade, a valorização dos profissionais, a gestão democrática e a vinculação direta dos recursos. A instalação dos conselhos, direito garantido na **Lei de Diretrizes de Base - LDB**, assegura aos cidadãos e entidades representativas o poder de acionar, por negligência, as autoridades que não garantem o ensino obrigatório.

### **2.1.6.3 - Assistência Social**

A Seguridade Social é outro direito garantido na Constituição, que tem suas bases no tripé Assistência Social - Saúde - Previdência Social, com iguais diretrizes de gestão democrática, universalidade e equidade.

**A partir do ano de 1988, quando a Assistência Social passou a ter status de Política Pública, a mencionada política (a fran pediu pra citar quantos anos..modifiquei o texto sem colocar os anos, fica melhor)** conseguiu dar uma guinada muito positiva em sua efetivação como direito, deixando de lado seu caráter de benemerência e caridade e incorporando ao seu *metier* uma proposta legítima de combate à pobreza e de promoção do bem estar da sociedade, trazendo em seu bojo o fortalecimento da intersectorialidade com outras políticas. Contudo, mesmo com tantos avanços, o compromisso do Estado em proporcionar condições dignas de vida ainda não criaram fortes pilares, ficando muitas vezes a cargo da elite a tutela dos indivíduos mais carentes.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) traduz o que está posto na Constituição, desdobrando esses direitos em ações destinadas aos mais diversos públicos dessa política, respeitando os princípios da igualdade de acesso, descentralização, transparência, participação social na elaboração das políticas e no controle das ações, bem como o acompanhamento do Estado na condução das políticas.

Além de toda a problemática já mencionada, acreditamos ser a precariedade do financiamento o maior empecilho para que a política da Assistência deslanche e se concretize de vez. Apesar da boa vontade dos municípios em realizar as ações, a chegada dos recursos a essa instância depende de uma complicada negociação com as outras esferas. Sem falarmos no grande déficit da saúde e da seguridade social, que comprometem sobremaneira o orçamento da Assistência.

### **2.1.7 - À guisa de conclusão**

Acreditamos plenamente que uma nova ordem está se instaurando no Brasil, com uma apropriação mais interessada das Políticas Públicas por parte da sociedade, contudo ainda estamos muito distantes de uma situação confortável, pois de acordo com Gonh (2004):

“Os atores sociais devem ter formação e consciência crítica, para terem como meta o entendimento do processo onde se inserem; entenderem, por exemplo, a questão dos recursos financeiros públicos e os critérios que deveriam pautar seu uso para a eliminação da pobreza e das desigualdades sociais, para o atendimento das necessidades da população, segundo escalas de urgências e emergências. Os mecanismos de competição do mercado não irão resolver as desigualdades sociais, serão políticas públicas democráticas, não excludentes, formuladas a partir de modelos que não se alicercem no lucro, que poderão minorar os problemas sociais.

Decisões políticas democráticas envolvem mudanças no campo estatal como da própria sociedade civil, desde que certos princípios democráticos não sejam abandonados, mas sejam marcos referenciais, quais sejam: justiça, liberdade, solidariedade e igualdade com respeito às diferenças. Tudo isso pode ser resumido na expressão: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ, aquela que redefine laços entre o espaço institucional e as práticas da sociedade civil organizada.” (GONH, 2004, p.10).

## **2.2 - Historiando a Política de Assistência Social no Brasil**

A Assistência Social, tal como a conhecemos hoje, é fruto de um extenso processo que se ampliou gradativamente na sociedade brasileira. Ao olharmos o passado, encontraremos o pesado espólio de uma área que não foi arquitetada como campo de definição política dentro do universo das políticas sociais, constituindo-se numa miscelânea de ações dispersas e descontínuas

de órgãos governamentais e de entidades assistenciais que, gravitando em volta do estado, estabeleceram relações ambíguas e contraditórias.

Desde o século XVIII, a filantropia e a Assistência Social ligavam-se intimamente às práticas beneficentes no Brasil. As iniciativas eram de caráter voluntário e pontual, auxiliando os mais pobres e/ou desvalidos e as instituições religiosas sob a ótica do amor fraterno e da moral, estendiam ações de cunho pontual, proporcionando acolhida aos desabrigados, indumentas e mantimentos, sobremaneira às crianças abandonadas, velhos e doentes de modo geral. Neste contexto, é mais do que visível o papel das Santas Casas de Misericórdia no país, como também atividades desenvolvidas por várias ordens de cunho religioso.

Na década de 40 (década), foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), sob a influência das primeiras damas, uma vez que a Sra. Darcy Vargas foi sua primeira presidenta. Estas deram roupagem à Assistência Social em todo o Brasil, tecendo uma rede de proteção aos marcados por contingências sociais e econômicas, focando em ações que minimamente ultrapassariam o viés da benesse. Importante realçar que a prática do “*primeiro damismo*” na gestão da Assistência Social, muito se dá pelo fato acima citado. Mesmo na atual conjuntura, em muitos municípios, a primeira dama ainda é chamada a compor a pasta da Assistência Social, fato este que corrobora a ligação entre a política assistencial com a política de Assistência.

Citando a Professora Rita de Cássia de Freitas (1994), quando da criação da LBA, “demarcou uma redefinição no estado brasileiro com a incorporação da pobreza e da miséria no discurso oficial”. Iniciou-se, portanto, a incorporação e a implementação de políticas assistenciais, marcadas por ações paternalistas e de auxílio emergencial e compensatório. Contudo, como afirma Carvalho e Yamamoto (2005), não podemos deixar de ressaltar a importância da LBA no Brasil, pois, a execução de suas estratégias/ações contribuiu significativamente para a Assistência Social no país, bem como para a institucionalização do Serviço Social.

Cabe mencionar o papel voluntariado que os “colaboradores” da LBA desenvolviam, principalmente a mulher, considerada signo do altruísmo e da solidariedade. Este contexto marcou profundamente a Assistência Social no

Brasil, institucionalizando o voluntariado e fazendo com que a sociedade seja conclamada a resolver as demandas sociais, retirando do Estado sua função elaboradora e executora de políticas públicas. De acordo com Mestriner (2001), essa simbiose entre a Assistência Social, a filantropia e a benemerência, fincaram raízes profundas, comprometendo a dissociação do que é direito e do que é caridade.

O direcionamento das ações trilhou o caminho da benesse e não do direito, sendo assim, o assistencialismo legitimava-se no meio social, fato este, que ainda perdura na atualidade. Segundo Gomes, a Assistência Social era baseada em ações pontuais, construídas no foco do paternalismo e da caridade, com “práticas descontínuas, desarticuladas e casuísticas, com financiamento incerto e instável”. (GOMES, 2001, p. 113).

O período ditatorial buscou colocar o Brasil na rota do desenvolvimento econômico, contudo, os direitos civis e políticos foram duramente reprimidos. A ditadura militar tinha como objetivo maior “fazer o bolo crescer, para depois dividir”. Com esse discurso, foram executadas políticas de cunho preventivo, como afirma Mota (2008):

“(...) Essa ampliação da cobertura dos programas sociais, em que se incluem as políticas de seguridade social, respondeu preponderantemente pela estratégia de modernização autoritária adotada pelos governos militares.” (MOTA, 2008:137).

Importante pontuar que mesmo nesse obscuro período de nossa história, a política social ganha contornos importantes, não significando, contudo, a efetivação da cidadania dos brasileiros. Sob esse prisma, Pereira (2011), coloca que neste cenário, a política social passou a ter um status importante, mormente para amenizar os ânimos da população que estavam insatisfeitos com o regime militar vigente.

Nessa perspectiva, os direitos sociais, sobretudo os trabalhistas, foram empregados como moeda de troca como forma de garantir a governabilidade. As medidas tomadas na área social tinham como cerne responder às demandas do capital e social, tendo como principais ações: a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, a criação do Fundo Nacional de Previdência Social, com a união das Caixas de Aposentadorias e Pensões - CAPS e Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência

Social-IAPAS. Neste período, houve também a extensão da previdência aos trabalhadores rurais (sem contribuição), aos autônomos e aos empregados domésticos.

Nesse sentido, confirma-se que a história política e social do nosso país traz em seu arcabouço contornos ditatoriais e paternalistas, dificultando sobremaneira a inserção de direitos essenciais para a efetivação da cidadania plena. Tardamente, alcançamos o patamar de Estado democrático, a sociedade brasileira estava imersa em projetos políticos balizados em interesses particulares dos grupos dominantes.

Com a chegada da década de 1980, chamada de a “década perdida”, o país inicia uma era repleta de retrocessos nos âmbitos social e econômico. O início dos anos 80 ficou profundamente marcado pelo endividamento interno e externo do Brasil, sendo este, o grande dificultador para conter a inflação descomedida; implicando assim, em um Estado com severa restrição de gastos, desemprego em alta, caos nos serviços públicos e restrição aos direitos sociais. Cada vez mais, ideias como direitos humanos e políticos e seguridade social, ganhavam contornos fortes, sendo assunto de ordem nos movimentos sociais.

Observa-se que o Brasil da “década perdida” gravitava em torno de políticas assistencialistas com foco em minorar a pobreza, com ínfimos investimentos no âmbito social, tornando o país atrasado economicamente e sem prumo definido. Oliveira, remetendo a Mota, diz:

“assistimos o que Francisco de Oliveira denomina de “regulação truncada” do Estado e em que se funda a base de formação do Estado de mal-estar social.”.

“(Aqui os fundos públicos se privatizam apenas numa direção, na direção da substituição dos fundos de acumulação privada pelas estatais, mas não há uma contrapartida no sentido de corrigir o mercado em termo de salário, distribuição de renda, etc.” ...) Afirma ainda, que “esta metamorfose” ...) é sutil diferença que separa a utilização dos fundos estatais, em casos como o do Brasil, do processo de regulação pública, características do Welfare State”. (OLIVEIRA, 1990:68 apud MOTA, 2008:141)

Somente com a Constituição Federal de 1988 e posteriormente com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS- (1993), a Assistência Social foi definindo seu arcabouço legal e conceitual, organizando um novo paradigma a

partir de sua inscrição no tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social.

**Como parte da Seguridade Social, Netto (MPAS, 1998) afirma:**

**“Como componente da seguridade social, a assistência social é medida legal e legítima que visa oferecer segurança social aos cidadãos não cobertos (ou precariamente cobertos) pelo lado contributivo da seguridade social. A assistência social visa livrar esses cidadãos não só dos infortúnios do presente, mas também das incertezas do amanhã, protegendo-os das adversidades causadas por enfermidades, velhice, abandono, desemprego, desagregação familiar, exclusão social.” (Anais da II Conferência Nacional de Assistência Social- 1997).**

**OBS: RETIRAR toda essa citação)**

Portanto, a Seguridade Social no Brasil por definição legalista é integrada pelas Políticas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social e julga que os cidadãos tenham acesso a um conjunto de seguranças que garantam, amortizem ou previnam situações de risco e de vulnerabilidades sociais. Em relação à Assistência Social, dá início à construção de uma nova era: como política social pública, começa sua trajetória para o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

Segundo, Pereira (1998, p.69), a Assistência Social ganha uma nova perspectiva, vejamos:

**“A partir daí ela ganha status de direito social, ao mesmo tempo em que passa a ser identificada com uma política que deve concretizar o direito que este status representa. É por isso que se diz que, a partir de 1988, a Assistência Social, além de se ter tornado um componente da Seguridade Social, passou a ser um direito social que deverá ser concretizado por uma política pública correspondente – a política de Assistência Social.” (PEREIRA,1998, p. 69).**

Convém destacar, que a seguridade social é condicionada e circunscrita pela lógica do mercado de trabalho, senão vejamos: somente a saúde introjetou o princípio da universalidade, enquanto a previdência social destina-se apenas aos contribuintes e a Assistência Social é restrita aos pobres em condições de extrema pobreza e miséria.

Ao compor a Seguridade, a Assistência Social, assinala também para seu caráter de política de proteção social articulada a outras políticas da esfera social voltadas à garantia de direitos sociais e de condições dignas de vida. Sob esse prisma, a Assistência Social legitima-se como campo de

protagonismo de seus usuários, demandando providências pensadas prioritariamente no campo das garantias de cidadania sob a vigilância do estado, competindo a este a universalização da cobertura e segurança de direitos e de ingresso para os serviços, programas e projetos sob seu encargo.

Não podemos negar que a política de Assistência Social deu um salto qualitativo ao compor a seguridade social, contudo, faltava à referida uma organicidade e depois de 05 (cinco) anos de luta por parte dos atores sociais e políticos, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) finalmente é promulgada em 07 de dezembro de 1993.

A LOAS assevera que a Assistência Social, enquanto política pública de responsabilidade do Estado seja regulada em ações estabelecidas num sistema descentralizado e com a maciça participação popular nas instâncias dos conselhos. A referida lei oportuniza para os estados, Distrito Federal e municípios a responsabilidade de coordenar e executar os benefícios, programas e projetos, bem como seu cofinanciamento de ações. A descentralização do poder é um marco importantíssimo introduzido na LOAS, para que os entes federados possam ter liberdade em traçar estratégias no campo da política de Assistência Social.

Assim como direito social, conquistado nesse país, a LOAS, nasceu sob a égide da política neoliberal. Nesse sentido, cabe citar como nos coloca Couto (2004), que as fragilidades conceituais inseridas no corpo da LOAS, são decorrências do longo caminho percorrido enquanto tramitava no Congresso Nacional e que “a aprovação dessa lei foi resultado de movimento de parcela da sociedade civil, de organismos de classe e da ação do Ministério Público que ameaçava a União pelo descuido com a área” (147).

### **2.3 - O Benefício de Prestação Continuada (BPC)**

O Benefício de Prestação Continuada – BPC foi instituído através da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS n° 8.742/9 e pelo Decreto n° 1.744/95. Esse benefício garante o recebimento de um salário mínimo ao idoso com 65 anos de idade ou mais e as pessoas com deficiência, comprovadamente com renda per capita igual ou

inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo. O BPC integra a Proteção Social Básica e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. Importante frisar que mesmo sendo integrante e da política de Assistência Social, que é a responsável por coordenar, avaliar, executar e monitorar, a operacionalização do citado benefício, dá-se através do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS e seu custeio pelo Fundo Nacional de Assistência Social-FNAS.

A LOAS coloca desta forma o BPC:

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 2º Para efeito de concessão deste benefício, (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

I - Pessoa com deficiência: aquela que tem impedimentos de longo prazo, física, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

II- Impedimentos de longo prazo: aqueles que incapacitam a pessoa com deficiência para a vida independente e para o trabalho pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011) (BRASIL, LOAS, 1993).

O BPC merece destaque no cenário dos programas de transferência de renda, contudo, devemos salientar que a regulamentação do citado pela LOAS, diferenciou o que estava posto na Constituição Federal de 1988. Nos termos constitucionais, menciona-se que a idosos e “portadores de deficiência”, que comprovassem não ter meios de suprir suas necessidades, nem a família de cumprir esse papel, ser-lhes-ia concedido o BPC. Contudo, a LOAS passa a restringir o acesso às pessoas com deficiência, imputando-lhes o caráter crucial de incapacidade e dependência de terceiros para garantir sua concessão.

Esse estigma coloca o indivíduo na condição de vítima, eliminando quase que por total o protagonismo, tão bem ratificado pela política de Assistência Social. Sob essa ótica Sposati (2004, p.216) comenta:

[...] trata-se de uma verdadeira armadilha da pobreza, dado o conjunto de critérios a que submete o candidato, sem grau de

seletividade e cobertura, abrangendo situações de vulnerabilidades praticamente irreversíveis, bem como sua condição de direito solitário, desgarrado da assistência social e das demais políticas de proteção social. (SPOSATI, 2004, p.216)

Neste cenário, podemos ponderar que o BPC é um benefício com raízes assistenciais e focais, circunscrito na condição de pobreza e na incapacidade para o mundo do trabalho. Ratificando sobremaneira, a tutela estatal para a sobrevivência destes, formando um contingente populacional de dependência social e econômica.

Contudo, não podemos negar a importância do BPC para seus beneficiários, visto que, traz em seu bojo a concepção de incluir os alijados sociais na sociedade, mesmo partindo de uma lógica contraditória.

No ano de 2007, o governo federal realizou uma pesquisa e constatou que 70%, ou seja, mais de 340.536 de crianças e adolescentes beneficiárias do BPC, não estavam matriculadas nas escolas. Isso provocou forte inquietude, visto que, o benefício tem como premissa a garantia de asseverar os direitos constitucionais, dentre eles a educação.

A partir desse ponto, através da Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007 e da Portaria Interministerial nº 1205, de 08 de setembro de 2011 foi instituído o Programa BPC na Escola, trazendo a intersectorialidade das políticas de Assistência Social, educação, saúde e direitos humanos.

### 3. O BPC NA ESCOLA E SEUS DESDOBRAMENTOS

#### 3.1 - A trajetória do Programa BPC na Escola

O Programa BPC na Escola como mencionado, perpassa as políticas de Assistência Social, Saúde, Educação e Direitos Humanos, trabalhando de maneira intersetorial e complementar.

Muitos são os desafios interpostos para que o Programa BPC na Escola consiga atingir seu objetivo, por isso, a relevância de se fazer essa pesquisa, pois, atingirá o imenso universo de crianças e jovens detentores de direito e que em muitos casos são alijados desse processo.

##### 3.1.1 - Percurso histórico dos Programas de Transferência de Renda no país

O cenário apresentado neste tópico traz ponderações sobre os Programas de Transferência de renda no país, focalizando o Benefício da Prestação Continuada e o programa BPC na Escola e sua trajetória de implantação no município de Guaramiranga-Ce.

Para isso, vale um olhar reflexivo a respeito da gênese legal da política de Assistência Social no país, bem como seus desdobramentos conceituais na atualidade. Ao alçar a Assistência Social para o patamar de política social propriamente dita, a Constituição Federal de 1988, corroborou para esta, um verdadeiro paradoxo em si. Conforme Couto: “A introdução da Assistência Social como política social da área da seguridade social incorpora uma inovação conceitual, mas também reitera as heranças históricas constitutivas da cultura política brasileira.” (Couto, 2008, p.162).

Enquanto *status* de política, a Assistência **Social** teve grandes ganhos, como organicidade, dotação de recursos financeiros (previsto no artigo 195), descentralização política-administrativa e gradativo respaldo legitimado pela sociedade. Por outro lado, o ranço clientelista perdurou, pois, a Assistência acaba restringindo seu campo de atuação, filtrando incessantemente seus usuários. Levando em muitas situações, a se fazer ações focais, obstruindo o protagonismo dos indivíduos, tornando-os meros espectadores de suas próprias vidas e ratificando a pobreza como condição

indissociável para ser contemplado por algum benefício, programa e ou projeto assistencial.

Importante salientar que mesmo com os avanços legalistas, a Assistência Social gravita suas ações/estratégias em torno dos pobres e miseráveis, sendo estas, condições inalienáveis para inclusão no processo desta política. A pobreza, presente ainda fortemente no Brasil, tem suas raízes fincadas no sistema econômico vigente no país e para combatê-la ou minorá-la, o Estado promove ações de enfrentamento, dentre as quais destacamos os programas de transferência de renda.

Os primeiros programas de transferência de renda no país foram surgidos no interior do estado de São Paulo nos municípios de Campinas, Ribeirão Preto e Santos e também no Distrito Federal, em meados da década de 1990. Estes formaram os embriões dos programas federais executados no governo de Fernando Henrique Cardoso no início dos anos 2000, porém, a partir dos governos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, estes programas passaram a ter importância fundamental no combate à miséria e na diminuição do abismo social existente entre ricos e pobres.

O eixo basilar dos programas de transferência de renda é o repasse monetário àqueles que estão em pobreza, extrema pobreza ou em risco pessoal. Como exemplo, podemos citar o Programa Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e o Benefício da Prestação Continuada – BPC.

Convém destacar, que, alinhado ao repasse financeiro, esses programas buscam elevar a qualidade de vida dos beneficiários, incluindo-os e integrando-os no meio social, contudo, há por parte de estudiosos, atores sociais e do próprio governo, críticas ferrenhas a esse modelo de estratégia governamental.

A atual conjuntura nos apresenta o importante destaque que os programas de transferência de renda assumiram enquanto “porta de entrada” de milhões de indivíduos pobres e extremamente pobres no sistema de proteção social não contributivo. Assim a Assistência Social adquire cada vez

mais o status de pilar desse próprio sistema e conseqüentemente da seguridade social.

Entretanto, existem críticas, em sua maioria construtivas e fundadas, acerca desses programas, segundo Medeiros (2011): “O lado positivo dos programas analisados é indiscutível. Seus impactos sobre pobreza e desigualdade são visíveis” (p. 28). Contudo, não se percebe claramente como a população beneficiária se coloca para sair de tais programas e de que forma o governo otimiza o protagonismo desses sujeitos.

Diante do apresentado, entendemos o quanto os programas de transferência de renda corroboram para o arrefecimento significativo das desigualdades sociais presentes no Brasil, bem com a redução das vulnerabilidades da população mais carente.

### **3.1.2 - O Benefício da Prestação Continuada (BPC) e seus marcos legais**

A Constituição Federal de 1988 trouxe uma leva de mudanças ao universalizar o sistema de proteção social, por meio dos princípios da seguridade social. Conforme o texto constitucional, a Seguridade Social é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar direitos relativos à Saúde, Previdência e Assistência Social. (CF-1988).

Neste cenário, temos a Previdência Social de caráter contributivo, a Saúde, de cunho universalista e a Assistência Social para quem dela necessita, sendo este, o maior gargalo dessa política, pois, faz um recorte principalmente nos âmbitos econômico e social da população, atendendo somente o contingente de pobres e miseráveis.

A LOAS, em seu artigo 1º apregoa dessa forma a Assistência Social: “direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizado através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento das necessidades básicas.” (LOAS, 1993).

O panorama até aqui apresentado faz-se pertinente para entendermos os desdobramentos legais das políticas sociais brasileiras, enfocando principalmente a Assistência Social, como política basilar da seguridade social.

Em sua organicidade, a Assistência Social, rege-se por dois vieses: os benefícios e serviços, sendo o primeiro de caráter pecuniário e o segundo as ações propriamente ditas da citada política. A exemplo de benefício assistencial, temos o Benefício da Prestação Continuada - BPC.

O BPC foi instituído pela Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 203, sendo inicialmente destinados aos idosos a partir de 70 (setenta) anos e aos “portadores” de deficiência com renda per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo (CF-88).

Em 1993, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, o BPC é asseverado nos Artigos 21 e 22, alterando a idade mínima de recebimento para 65 anos. Importante mencionar que apenas no ano de 1995 foi expedido decreto para sua regulação e somente em 1996 esse benefício foi implementado. Este contexto mostra que não basta estar estabelecido em lei, qualquer direito outorgado deve ser garantido, afiançado e regulamentado, pois senão, corre-se o risco de não ser legitimado.

A título de conhecimento, deve-se pontuar que anteriormente ao BPC, havia a Renda Mensal Vitalícia - RMV, que era destinada àqueles cuja contribuição junto ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, somava-se até 12 meses e que fossem idosos a partir de 70 anos ou inválidos. Naturalmente os contemplados com a RMV deveriam estar fora do mercado de trabalho e não ter qualquer outro rendimento, critérios estes igualmente solicitados para a concessão do BPC.

O financiamento do BPC se dá através de recursos provenientes do Tesouro e alocados para Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS. Quando o BPC foi implantado, os beneficiários da RMV continuaram recebendo seus proventos e só a partir do ano de 2004, os recursos desta foram transferidos para o FNAS.

A efetivação do BPC trilhou e trilha um longo caminho, permeado por critérios bastante celetistas e segregadores, tornando-se uma perigosa

armadilha para seus beneficiários. Ratifica-se, por conseguinte, que o BPC é um paradoxo em si, pois, mesmo sendo instituído como programa de transferência de renda, que a priori é universal, para acessá-lo, o indivíduo deve apresentar algumas condicionalidades, tais como: idade mínima de 65 anos para idoso, deficiência incapacitante por mais de 02 anos, para pessoas com deficiência e possuir renda por pessoa, menor de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo.

Conforme Rocha (2002): “Esse benefício contradiz o aspecto de um programa de transferência de renda mínima que deve ser universal e, neste caso específico nem todos os idosos e pessoas “portadoras” de deficiência tem direito a receber esse benefício...”

Faz-se mister, ratificar que grandes foram os investimentos do governo ao longo dos anos, para assegurar à população demandante, recursos financeiros para alimentar o BPC. Contudo, devido às ações focalistas ainda sendo executadas pelos entes federados, muitos brasileiros estão à margem do recebimento de tal benefício.

E, é com esse olhar contraditório que devemos tecer nossas críticas no que concerne o BPC. Lembrando sempre da magnitude deste benefício e do impacto econômico e social nas famílias beneficiárias, embora, apresente falhas conceituais e estruturais em seu arcabouço legal.

### **3.1.3 - O Programa BPC na Escola no município de Guaramiranga**

O Programa BPC na Escola tem em seu bojo o acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC. O programa desenvolve suas ações articuladamente entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Saúde (MS) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), envolvendo compromissos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Os principais marcos regulatórios do programa são as seguintes portarias: Portaria Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007, que estabelece o programa de acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência

na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC e a Portaria Interministerial nº 1º, de 14 de março de 2008, que estabelece os procedimentos e aprova os instrumentos para a adesão ao Programa BPC na Escola. Todos esses documentos estão acessíveis no sítio do MDS.

Os quatro eixos principais do Programa BPC na Escola são:

- Identificar entre os beneficiários do BPC até 18 anos aqueles que estão na Escola e aqueles que estão fora da Escola;
- Identificar as principais barreiras para o acesso e permanência na Escola das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC;
- Realizar estudos e desenvolver estratégias conjuntas para superação destas barreiras;
- Realizar acompanhamento sistemático das ações e programas dos entes federados que aderirem ao Programa.

Os municípios, estados e o Distrito Federal tiveram a oportunidade de aderir ao programa no ano de 2008, firmando um pacto de cooperação entre as áreas da Assistência Social, saúde, educação e de direitos humanos (caso alguns desses entes tivessem essa política). O grande mote do Programa BPC na Escola é sem dúvida garantir ao beneficiário do BPC em idade escolar o direito de estudar em uma escola com adequabilidade física e humana.

Após a adesão ao BPC na Escola, os entes federados designam um grupo gestor, com profissionais das áreas mencionadas, com a finalidade de trabalhar a interlocução entre as políticas de Assistência Social, Saúde e Educação. E, a partir do grupo gestor, cria-se uma equipe técnica para executar as ações e estratégias pensadas no grupo gestor.

No ano de 2009, foram aplicados nos municípios e no Distrito Federal, um questionário com 119 questões direcionadas aos beneficiários e/ou seus responsáveis. A aplicação deste documento tinha e tem como intuito identificar as barreiras que inibem e impedem os beneficiários de estarem na escola. A partir desses dados coletados, os gestores atuam no foco da problemática, buscando resolutividade para a mesma.

Com isso, os entes federados buscam corrigir distorções que afetam a boa prática da educação inclusiva, priorizando àqueles que mais necessitam de apoio e cuidado.

O município de Guaramiranga-Ce aderiu ao Programa BPC na Escola ainda no ano de 2009 e seguiu todos os trâmites burocráticos orientados pelo MDS. Todavia, há uma desarticulação de ações no que tange a efetivação do programa, a intersetorialidade não se apresenta de maneira contundente, impactando, sobremaneira, aos beneficiários em idade escolar.

Essas e as demais ponderações acerca do tema pesquisado serão esmiuçadas no próximo capítulo, com a pesquisa de campo.

### 3.2 - Educação Inclusiva

#### 3.2.1- O Papel da Escola

Dentro desse processo, um dos atores que tem importância fundamental é sem dúvidas a Escola, pois é nela que os beneficiários do BPC terão maior contato com o meio social e terão formação intelectual de cidadania. A Escola precisa estar consciente desse papel e está de braços abertos para acolher esse público tão diverso e especial.



Figura 1 - Mural na Sala de Multifuncional da Escola Júlio Holanda. Fonte: Própria Pesquisa. 2014.

Para Monteiro (2004, p.09), a inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular demanda não apenas a matrícula do aluno ou a permanência física junto com aqueles considerados normais, mas a oportunidade de serem revistas concepções e paradigmas, num profundo respeito pelas suas diferenças, para se aprender a conviver com as diferenças, o que é uma das maiores dificuldades da humanidade. Diz ainda que, para atender às diferenças e às necessidades especiais, é preciso mudar o olhar da escola, pensando não a adaptação do aluno, mas a adaptação do contexto escolar aos alunos, romper barreiras humanas e arquitetônicas, “criando novos conceitos, dando novos sentidos, ressignificando a aprendizagem e, conseqüentemente, o desenvolvimento humano”. A escola tem a obrigação de buscar alternativas para garantir o acesso e permanência de todas as crianças e adolescentes dentro da escola.

Precisamos de uma escola que ensine criticamente a pensar e ter conclusões daquilo que pensou, uma escola que não tenha medo de encarar os obstáculos e buscar rumos inovadores, como diz Mantoan (2000, p. 68) “cabe à escola encontrar respostas educativas para as necessidades de seus alunos”.

A escola inclusiva precisa compreender o aluno portador de necessidades educativas especiais e respeitar sua diferença, reconhecendo-o como pessoa que tem determinado tipo de limitação, e também possui seus pontos fortes, levando em conta as possibilidades impostas pelas limitações que a deficiência lhe traz.

Como espaço inclusivo a escola deve considerar como seus principais desafios o acesso e o sucesso a todos e daí precisa está preparada para lidar com situações que fujam ao cotidiano. Não dar acesso à escola para esses indivíduos é a forma mais perversa e irremediável de exclusão escolar e, conseqüentemente, de exclusão social, pois nega o direito elementar de cidadania.

“Para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, ou seja, abertas à diversidade, há que se reverter o modo de pensar, e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino, de formar e aperfeiçoar o professor.” (MANTOAN – 2000, P. 60)

Pode-se dizer que a escola tem hoje duplo papel social: é transmissora de cultura e transformadora das estruturas sociais, adequando seu trabalho às necessidades da criança, da família e da comunidade.

Cabe à escola com toda sua equipe:

- Analisar todas as situações escolares que possam agravar os problemas de saúde física e mental dos alunos;
- Procurar sanar estes problemas, conhecendo os recursos assistenciais da comunidade e os de fora dela;
- Notificar doenças contagiosas (meningite, difteria, poliomielite, tuberculose, hanseníase e outras) às autoridades sanitárias.
- Orientar as famílias no desenvolvimento de atividades educativas ligadas à saúde da escola (campanhas de vacinação, higiene...).

### **3.2.2 – As Barreiras de Acesso à Educação**

#### **3.2.2.1 – Barreiras Físicas**

Em dezembro de 2000, com a Lei nº 10.098 ficaram estabelecidas no Art. 1º, normas que visam à garantia da acessibilidade às pessoas com deficiência, ou com mobilidade reduzida em uma via pública, edifícios particulares e em meios de transportes e comunicação (Brasil, 2000).

Nesse contexto, ficou definido no Art. 2º dessa mesma lei que acessibilidade é garantir à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, o acesso com segurança e autonomia, aos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, às edificações, aos transportes e aos sistemas e meios de comunicação. Enquanto barreira corresponde a qualquer obstáculo, que prejudique ou impeça o acesso seguro às instalações de um determinado local pelas pessoas com necessidades especiais.

Em 1985 a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publicou algumas normas, com o intuito de possibilitar “a adequação dos edifícios e do mobiliário urbano à pessoa deficiente” (NBR 9050, 1985, p.1). De acordo com a NBR 9050 (2004), todas essas edificações e espaços, inclusive mobiliários e equipamentos urbanos que forem projetados ou até mesmo implantados

devem atender ao que é determinado na norma, para então serem considerados acessíveis.

Ainda de acordo com a NBR 9050/2004, “acessibilidade” é definida como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. E conceitua que, para ser “acessível”, o espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento tem que permitir o alcance, acionamento, uso e vivência por qualquer pessoa, inclusive por aquelas com mobilidade reduzida. O termo “acessível” implica tanto acessibilidade física como de comunicação.



Figura 2 – Barreiras de acesso na Escola Júlio Holanda em Guaramiranga (CE). Fonte: Própria Pesquisa. 2014.

Essas normas concentram seus esforços de melhorias nas barreiras Arquitetônicas, que são todas as limitações que as pessoas portadoras de deficiência se deparam no seu dia-a-dia e que os impedem de realizar o mais básico direito de qualquer cidadão: IR e VIR.

Existem diversos tipos de barreiras arquitetônicas, como, as escadas, os elevadores, portas, buracos no passeio, banheiros mal equipados, transportes públicos mal preparados, entre outros.

Contudo, acreditamos que as maiores barreiras a serem enfrentadas pelas pessoas com deficiência não são as barreiras físicas e sim as barreiras atitudinais, geradas pelo comportamento dos indivíduos.



Figura 3 - Alunos de sala de aula mista na Escola Júlio Holanda. Fonte: Própria Pesquisa. 2014.

### 3.2.2.2 – Barreiras Atitudinais

Nas discursões no âmbito educacional uma nova e premente necessidade é apresentada: a de se instituir uma pedagogia que contemple todos os sujeitos sociais em suas individualidades, que trate diferente as pessoas diferentes para igualá-las em seus direitos. Não se busca mais uma sociedade igualitária e sim equânime.

Na definição de Amaral (1998) barreiras atitudinais “são anteparos nas relações entre duas pessoas, onde uma tem uma predisposição desfavorável em relação a outra, por ser esta significativamente diferente, em especial quanto às condições preconizadas como ideais” (p. 17).

As barreiras atitudinais não são estáticas e únicas, elas surgem com as transformações sociais: novos tempos, novas barreiras. Vale lembrar, que muitas vezes esse tipo de atitude nem sempre é intencional e consciente, daí a dificuldade em detectá-las e eliminá-las. Um bom exemplo de barreias atitudinais, dentre muitos, é a rotulação, adjetivação ou substantivação da pessoa com deficiência como “o deficiente”, ou um indivíduo como um todo deficiente.

De acordo com Tavares e Lima (2007) podemos também apresentar como barreiras atitudinais na escola (ou em outros espaços sociais) as seguintes formas:

- **Desinformação:** Não reconhecer as potencialidades do indivíduo com deficiência.

- **Receio:** Ter medo de receber em seu espaço social um aluno ou profissional com deficiência por não saber como lidar com a situação;

- **Repulsa:** Evitar interagir com a pessoa com deficiência;

- **Depreciação:** Diminuir a capacidade de realização da pessoa. Achar que o simples fato da pessoa ter uma deficiência é fator condicionante para seu ritmo de aprendizagem ser menor, esquecendo que cada indivíduo tem seu próprio ritmo, independente de ter ou não alguma deficiência;

- **Pena:** Carregar um sentimento de piedade, estimulando os outros a reagirem da mesma forma, protegendo excessivamente a pessoa, ao ponto de

não permitir que a mesma realize as atividades, ou que tenha uma “pseudoparticipação”.



Figura 4 - Aluno cadeirante em seu caminho para a escola. Fonte: Própria Pesquisa. 2014.

- **Super-herói:** Atribuir à realização de atividades simples e corriqueiras uma supervalorização; atribuir ao aluno poderes e adjetivos pelo fato de superar sua deficiência ou executar uma atividade qualquer;

- **Glorificação:** Usar o indivíduo como modelo de determinação, coragem e superação;

- **Preconcepção de incapacidade:** Achar que o aluno com deficiência é menos competente ou habilidoso e que isso irá atrapalhar o desenvolvimento de toda a sala.

- **Generalização:** Achar que todos os alunos com deficiência são iguais;

- **Compensação:** Querer compensar de alguma forma o fato do aluno ter deficiência, promovendo vantagens ou cobrando menos;

- **Substantivação:** Nominar o aluno pela parte deficiente ou pela deficiência em si (o cego, o aleijado, o down, etc.), fazendo com que esse indivíduo perca sua identidade como pessoa e passe a se ver pelo defeito, gerando uma perda da autoestima;

- **Adjetivação:** Atribuir qualidades depreciativas ao aluno (lento, difícil, agressivo, abestado, etc.);

- **Segregação:** Acreditar que alunos com deficiência devem ser matriculados em escolas especiais e destinadas a esse público específico;

- **Descrédito:** Achar que o aluno com deficiência não tem a capacidade de interagir com uma sala regular, atribuindo a ele apenas tarefas repetitivas e mecânicas, impedindo que o mesmo desenvolva suas múltiplas inteligências;

- **Padronização:** Agrupar os indivíduos com deficiências semelhantes numa mesma turma e acreditar que o fato de suas deficiências serem próximas suas capacidades, dificuldades e avanços também o são;

- **Superproteção:** Impedir que o aluno crie suas próprias estratégias de aprendizagem, por achar que podem fracassar e se frustrarem; Seguir todos os passos do aluno com receio que possam sofrer acidentes;

Como vimos as barreiras atitudinais advém de concepções errôneas e preconceitos que nutrimos em nosso meio, desdobrando-se em ações ou omissões. Precisamos ter a máxima observância e consciência para evitar que esses comportamentos sejam reduzidos, já que não cremos na extinção, e afetem cada vez menos as pessoas com deficiência e suas famílias.

Falando em família, outro desafio que devemos estar atentos é para a ideia de que a batalha por uma sociedade inclusiva é apenas dos indivíduos com deficiência ou seus familiares. Essa luta deve ser de todos nós, principalmente os atores das políticas públicas, pois só a consciência e conhecimento de causa é que vai nutrir e fortalece-la, reforçando sempre que a inclusão não se refere somente às pessoas com deficiência e sim a todas as minorias, a todos os grupos vulneráveis. Lembrar também que não queremos restringir, igualar, mas sim acolher cada indivíduo em sua singularidade, afinal as diferenças existem e as pessoas não pode ser niveladas, principalmente quando esse nivelamento se dá por baixo.

### **3.3 - Vivenciando a pesquisa**

#### **3.3.1 – Um olhar sobre o cotidiano dos beneficiários do BPC de Guaramiranga em idade escolar.**

O ano de 2009 (dois mil e nove) teve um significado especial em nossas vidas profissionais, pois, a partir de uma capacitação sobre o Programa BPC na Escola promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, fomos instigados a buscar entendimento sobre o citado programa, bem como a entender sua execução no município de Guaramiranga-Ce.

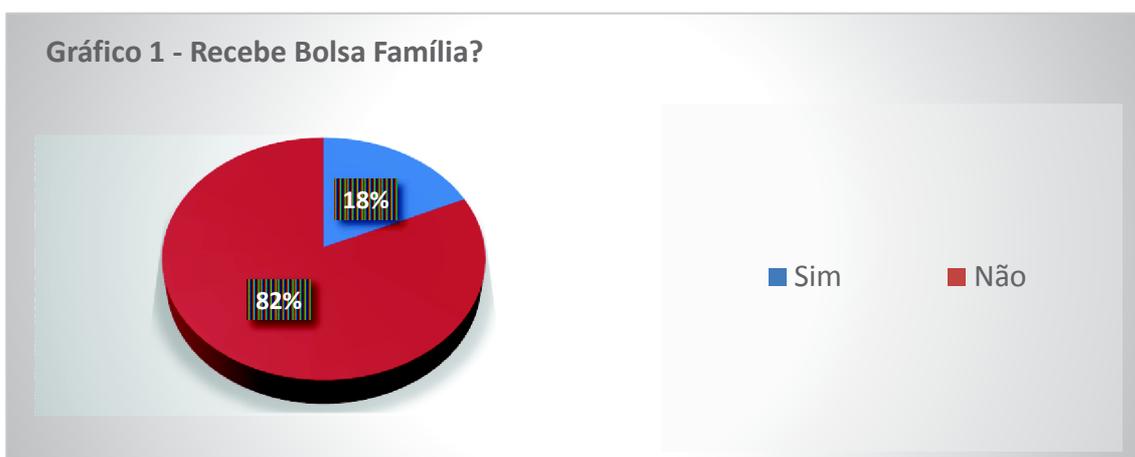
Neste cenário, delineou-se a importância da pesquisa sobre as crianças e adolescentes com deficiência, beneficiárias do BPC e seus desdobramentos na vida escolar e familiar, configurando-se **desta forma no nosso Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.( a Fran sublinhou essa frase...não entendi!)**

A pesquisa foi aplicada em três campos diferentes: **aos** familiares dos(as) beneficiários(as) do BPC, **aos** gestores das políticas de Assistência Social, Saúde e Educação e nas escolas municipais de ensino EMEF Rodrigo de Argolo Caracas, EMEF Professor Júlio Holanda e EMEF Linha da Serra, junto aos seus profissionais.

Importante frisar que os(as) beneficiários(as) pesquisados(as) foram os(as) mesmos(as) apontados(as) pelo Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à Fome – MDS- como receptores(as) do BPC e em idade escolar no município de Guaramiranga-CE. Os questionários foram aplicados com as genitoras dos(as) beneficiários(as), pois, os(as) citados(as) não apresentavam condições intelectuais e/ou idade (pensou-se em aplicar o questionário com crianças a partir de 12 –doze- anos) para responder a entrevista, perfazendo um total de 11 (onze) questionários.

A seguir passaremos às conclusões da aplicação do questionário, elencando os itens indagados no aludido. A primeira pergunta refere-se ao Programa Bolsa Família, onde foi perguntado se a família recebe ou não esse benefício. Vejamos o Gráfico 1:



Fonte: Própria Pesquisa. 2014.

Das famílias pesquisadas, visualizamos que apenas 18% são contemplados com a transferência de renda e 82% não recebem o benefício. Nessa perspectiva, considera-se que os responsáveis familiares ao declararem a renda no caderno específico do CADÚNICO, relata a renda do BPC.

Ao indagarmos qual o vínculo familiar do entrevistado(a) com o(a) beneficiário(a), 100% dos indivíduos foram constatados como as genitoras dos mesmos.

Seguindo a entrevista, pesquisamos quais as deficiências dos(as) beneficiários(as). De acordo com o Gráfico2 temos as seguintes:

Gráfico 2 - Qual o tipo de deficiência do beneficiário(a)?



Fonte: Própria Pesquisa. 2014.

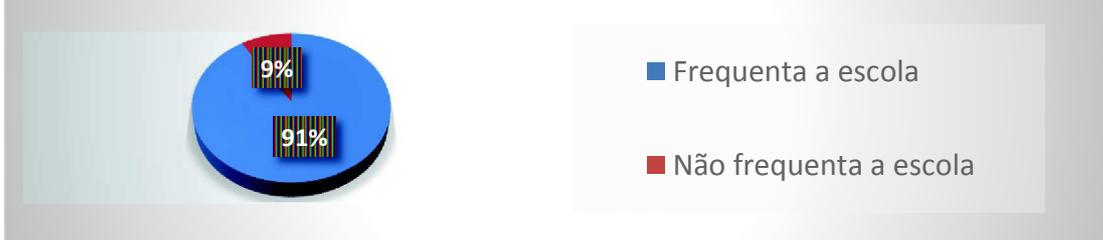
Ao tratarmos os dados **constatamos** que a deficiência predominante é a mental/intelectual, totalizando 37% (trinta e sete por cento) dos indivíduos, seguido de doenças crônicas e deficiência física com 18% (dezoito por cento) cada, surdez, baixa visão e Síndrome de Down obtiveram 09% (nove por cento).

A partir dessa informação, podemos afirmar que o BPC atinge um leque variado de sujeitos com as mais diversas deficiências, ratificando desta maneira os marcos legais do benefício, ao colocar que esse público específico deve ser contemplado com o BPC (desde que naturalmente, atenda a outros critérios previstos na lei e já mencionados no trabalho aqui apresentado).

Faz-se necessário reafirmar que as políticas públicas a partir da Constituição Federal de 1988, **delinearam** ações/estratégias para melhor consentir às pessoas com deficiência qualidade de vida e direitos assegurados.

Direitos estes nos âmbitos escolar, social, econômico e de acessibilidade.

Gráfico 3 - Quanto ao acesso à escola?



Fonte: Própria Pesquisa. 2014.

No que tange a pergunta de como era o acesso do(a) beneficiário(a), averiguamos os seguintes dados:

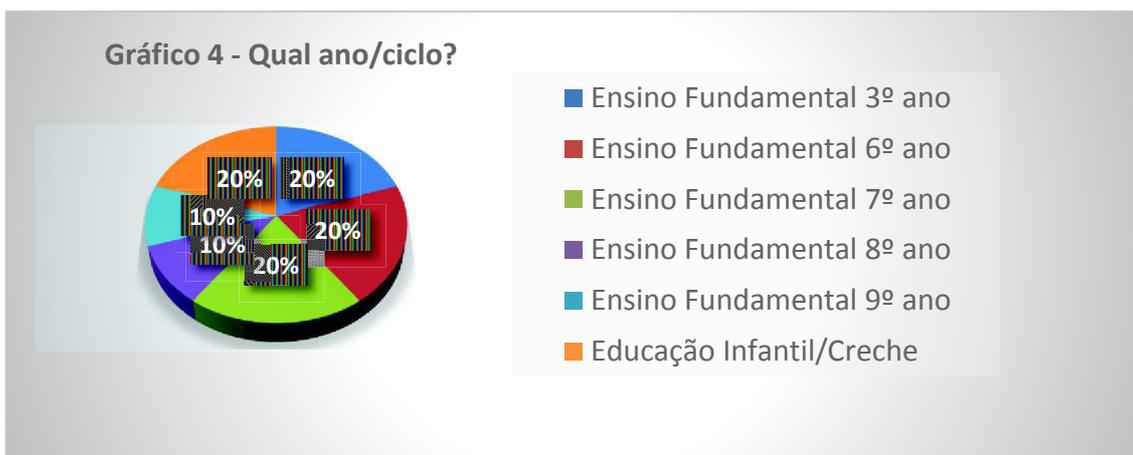
Em relação ao acesso à escola, detectamos que 91%(noventa e um por cento) dos(as) beneficiários(as) frequentam a escola e somente 09% (nove por cento) não frequenta (Gráfico 3). Portanto, há um forte consenso na maioria dos entrevistados da importância de estar inserido no âmbito escolar.

Nesse sentido, a escola deve ser um ambiente acolhedor e proporcionar aos estudantes garantia de educação inclusiva com qualidade, de acordo com o que apregoa a Lei de Diretrizes de Base – LDB em seu **Art. 4º: “O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: III – Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.”**

Para que o direito a educação seja efetivado de fato, compete à família e ao Estado serem atores comprometidos nesse processo, principalmente no que se refere à educação inclusiva.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA reforça o comprometimento de todos a fim de aprofundar nas escolas um local de sociabilidade e desenvolvimento para esses segmentos. Esses espaços devem estar amoldados em sua composição física e humana para receber os diferentes usuários, com suas diferentes características.

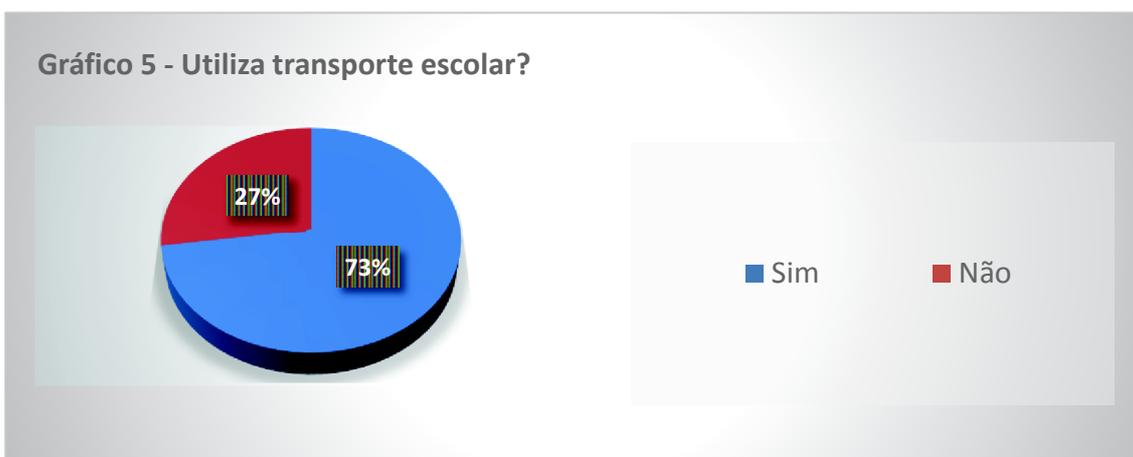
Também perguntamos qual o ano/ciclo em que o(a) beneficiário(a) está cursando. De acordo com o gráfico abaixo, tivemos as seguintes respostas: 20% (vinte por cento) estão na Educação Infantil/creche, 20% (vinte por cento) estão no 3º ano do ensino fundamental, 20% (vinte por cento), no 6º ano do ensino fundamental, 20% (vinte por cento) cursam o 7º ano do ensino fundamental, 10% (dez por cento) estão no 8º ano do ensino fundamental e 10% (dez por cento) no 9º do ensino fundamental (Gráfico 4).



Fonte: Própria Pesquisa. 2014.

Tais resultados confirmam o compromisso da escola em atender crianças e adolescentes com deficiência nos ciclos regulares.

A utilização do transporte escolar também foi indagada na entrevista, chegando ao seguinte resultado de acordo com o Gráfico 5:



Fonte: Própria Pesquisa. 2014.

Ponderamos desta forma, que o transporte escolar é de suma importância para o deslocamento das crianças e adolescentes, sendo portanto, o veículo mais usado pelos beneficiário(as). Para aqueles que residem na zona rural, este é o único meio de chegar à escola.

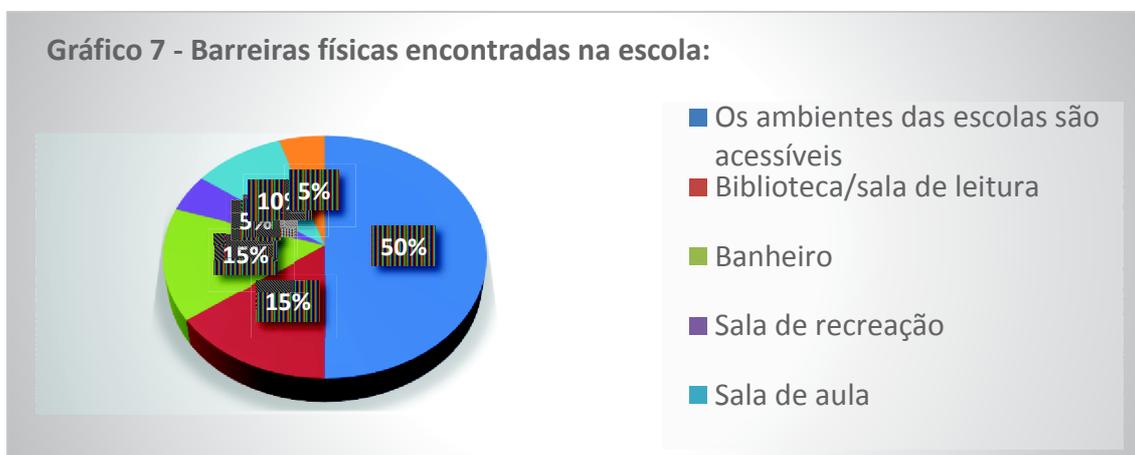
A pergunta seguinte aludi à adequabilidade do transporte escolar, a seguir temos o gráfico que nos mostra a realidade local:

Quanto à acessibilidade do transporte escolar, todas as entrevistadas responderam que os ônibus são adequados às necessidades das crianças e adolescentes. De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR950), a Acessibilidade é definida como "a condição para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por uma pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida" (Gráfico 6).



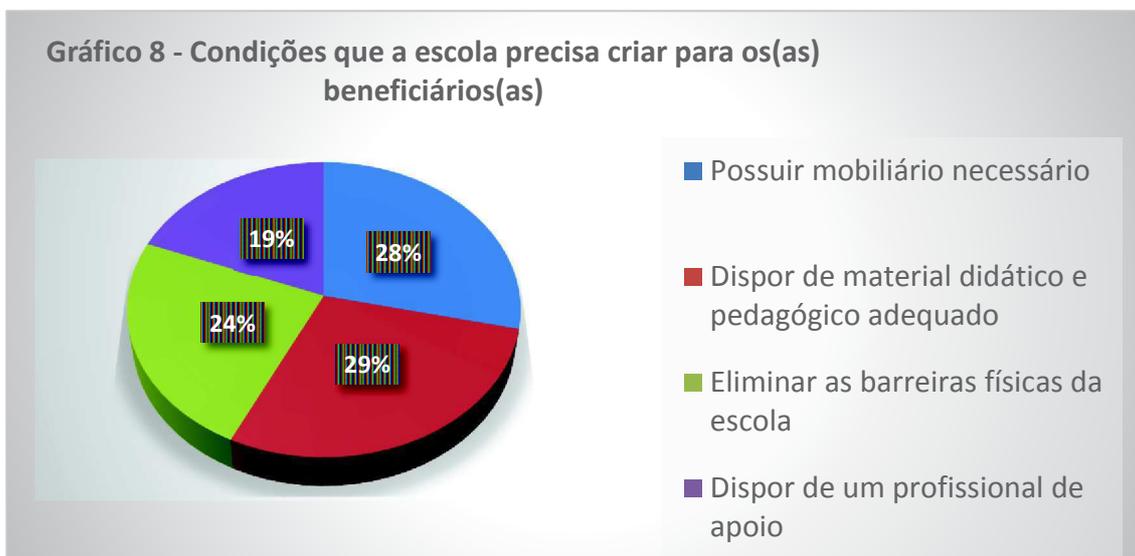
Fonte: Própria Pesquisa. 2014.

Para o êxito da pesquisa, fez-se necessário saber se existem barreiras físicas no ambiente escolar e segundo o Gráfico 7, podemos entender que para a maioria das entrevistadas os recintos das escolas são acessíveis. Contudo, ainda há uma gama de ambientes que carecem de adequabilidade para bem atender aos(as) beneficiários(as).



Fonte: Própria Pesquisa. 2014.

Como alguns ambientes foram apontados como inadequados para as pessoas com deficiência, no questionário foi indagado o que as escolas precisariam executar para amoldar os referidos. Vejamos o Gráfico 8:



Fonte: Própria Pesquisa. 2014.

Essa conjuntura corrobora que deve haver um aprimoramento do Programa BPC na Escola, para que assim possa atender as necessidades específicas de cada sujeito dentro de suas limitações. Esse aperfeiçoamento dos espaços institucionais garantirá, sobremaneira, a qualidade e o bem-estar dos alunos com deficiência e facilitará sua permanência nas escolas.

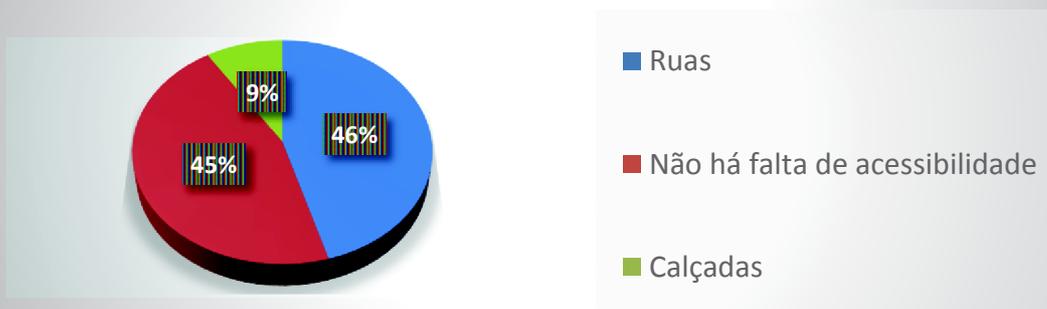
A Política de Educação Inclusiva expressa claramente que as escolas devem ser locais de inclusão e que todos, professores, alunos, governo e a sociedade devem estar absortos para amoldar-se aos alunos com deficiência e não o contrário. A equidade social e a cidadania somente se farão presentes no cotidiano das pessoas com deficiência quando todos estiverem imbuídos com esse ideal, percebendo a pessoa com deficiência com um sujeito de direitos e não de piedade.

**Gráfico 9 - A Escola possui mobiliário adequado?**

Fonte: Própria Pesquisa. 2014.

Ainda no espaço escolar averiguamos se “os mobiliários são adequados” para atender as crianças e adolescentes com deficiência. A resposta “sim” foi marcada por 60% (sessenta por cento) das genitoras e 40% (quarenta por cento) responderam não (Gráfico 9). Portanto, na percepção das entrevistadas, as escolas oferecem boas condições no que tange os mobiliários escolares.

Perguntamos ainda quais locais não possuem acessibilidade fora do contexto escolar. O Gráfico 10 mostra que “as ruas” foi o item mais lembrado, informação essa que autentica a ausência de investimento dos entes federados na arquitetura urbana. Não só o município de Guaramiranga apresenta inadequabilidade em suas ruas e espaços públicos, essa problemática é nacional e merece preocupação por parte dos órgãos governamentais.

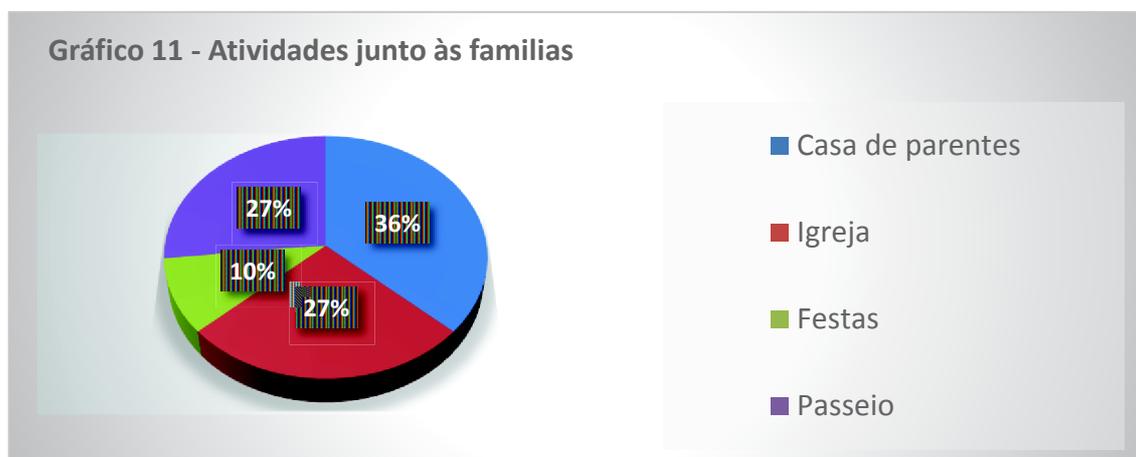
**Gráfico 10 - Acessibilidade até a escola**

Fonte: Própria Pesquisa. 2014

No que tange ao aspecto de sociabilidade dos (as) beneficiários (as), buscamos saber quais “atividades são realizadas conjuntamente pelos (as) beneficiários (as) e seus familiares”. A marcação podia ser múltipla e todas responderam como mostra o Gráfico 11: sair com os (as) filhos (as) para “casa de parentes”, “Igreja”, “festas” e “passeios”.

Nessa perspectiva apreendemos que não há uma estigmatização desses sujeitos por conta de suas deficiências, ao contrário, mesmo essa sociabilidade sendo perpassada por inúmeras singularidades, os (as) beneficiários (as) assistidos pelo Programa BPC na Escola apresentam uma rotina bem ativa com seus familiares.

Com base no exposto, entendemos que os (as) beneficiários (as) apresentam um bom convívio doméstico e esse fato contribui significativamente para uma melhor qualidade de vida destes, seja na escola ou em outro local de convivência.

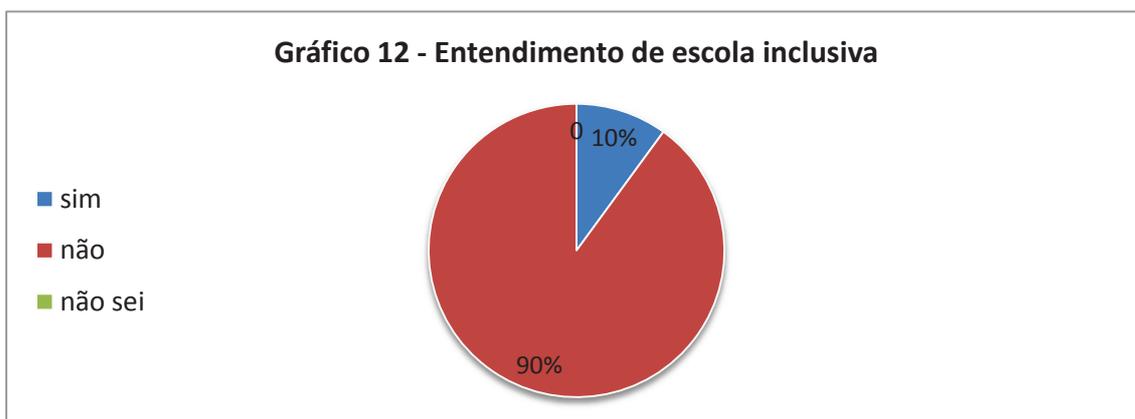


Fonte: Própria Pesquisa. 2014

### 3.3.2 – Um olhar sobre o cotidiano das escolas de Guaramiranga

No presente trabalho utilizou-se a pesquisa quantitativa como forma de aproximação e compreensão do universo de pesquisa, no intuito de conhecer a dimensão e importância deste tema.

Tendo em vista os resultados obtidos através dessa pesquisa onde foram entrevistados membros dos núcleos gestores, professores e funcionários de 03 escolas-polos do município de Guaramiranga, perfazendo um total de 30 questionários (anexo 01) contendo perguntas acerca do processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no município, chegamos a algumas conclusões, cuja análise pode servir como base para tomada de decisões dos órgãos que administram os serviços públicos voltados ou não às pessoas com deficiência.



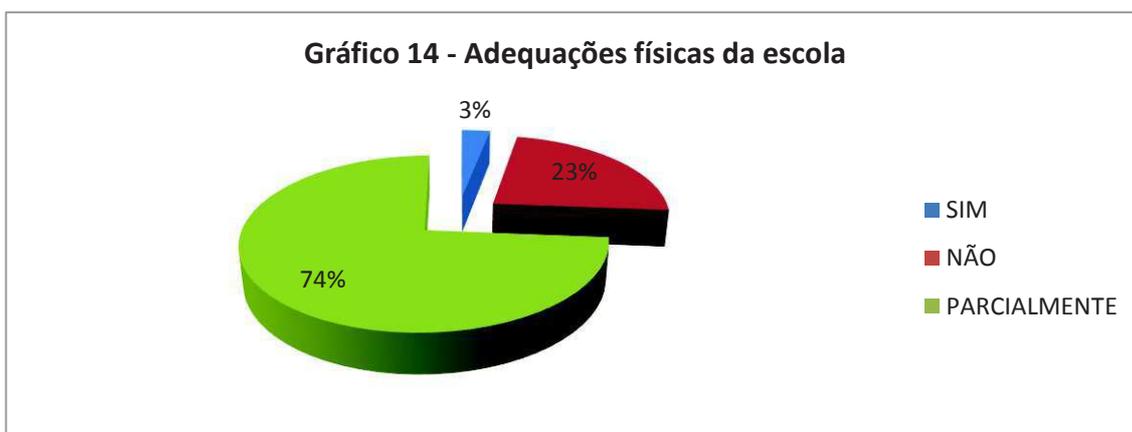
Fonte: Própria Pesquisa. 2014.

A primeira pergunta do questionário tinha como intuito saber o entendimento dos entrevistados acerca do que seria uma escola inclusiva (Gráfico 12), 90% das respostas foram 'não' indicando que a maioria dos respondentes tinham noções do que uma escola necessitava para ser inclusiva.



Fonte: Própria Pesquisa. 2014.

Em seguida, na pergunta 02, os respondentes foram indagados se existiam ações na proposta pedagógica da escola voltadas para a inclusão de portadores de necessidades especiais (Gráfico 13), 97% dos entrevistados responderam 'sim', indicando que em todas as escolas as propostas pedagógicas contemplavam ações voltadas para esse público. Sinal de que não só a inclusão faz parte dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, como também aconteceu um processo de sensibilização e divulgação na comunidade escolar para necessidade de implementação das ações propostas.



Fonte: Própria Pesquisa. 2014

Na terceira pergunta os entrevistados foram perguntados sobre a adaptação física das escolas para esse atendimento (Gráfico 14). 23% dos entrevistados disseram que a escola em que trabalham não tem qualquer adequação para atender a essas pessoas e 73% responderam que parcialmente. Havendo, portanto, a necessidade de adequação das instalações físicas das escolas estudadas para acolher mais adequadamente as pessoas com deficiência.



Fonte: Própria Pesquisa. 2014

No item 04, indagados se os profissionais de apoio pedagógico subsidiavam os professores para o atendimento especializado 70% respondeu que 'sim', 17% 'não' e 13% responderam que "não sei" (Gráfico 15), o que nos leva a concluir que se tem dado aos professores esse apoio , porém uma parcela desses profissionais ainda não sente esse suporte.



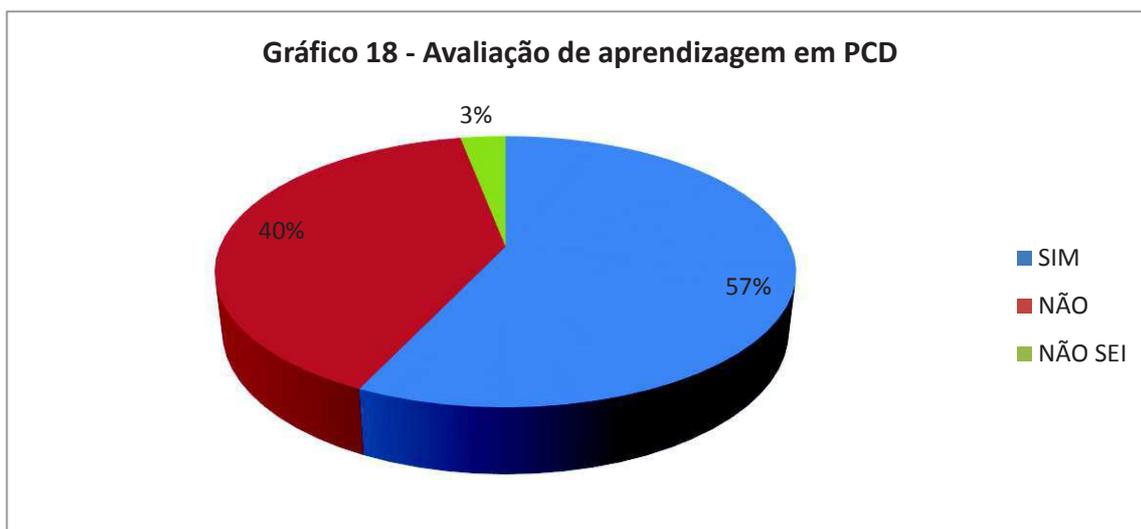
Fonte: Própria Pesquisa. 2014

Na quinta pergunta indagamos se ocorre na comunidade as atividades diagnóstica para a detecção de alunos com necessidades especiais. 94% dos respondentes disseram que 'sim' (Gráfico 16), indicando que a grande maioria das escolas realiza esse tipo de avaliação e que a comunidade escolar tem conhecimento dessa ação.

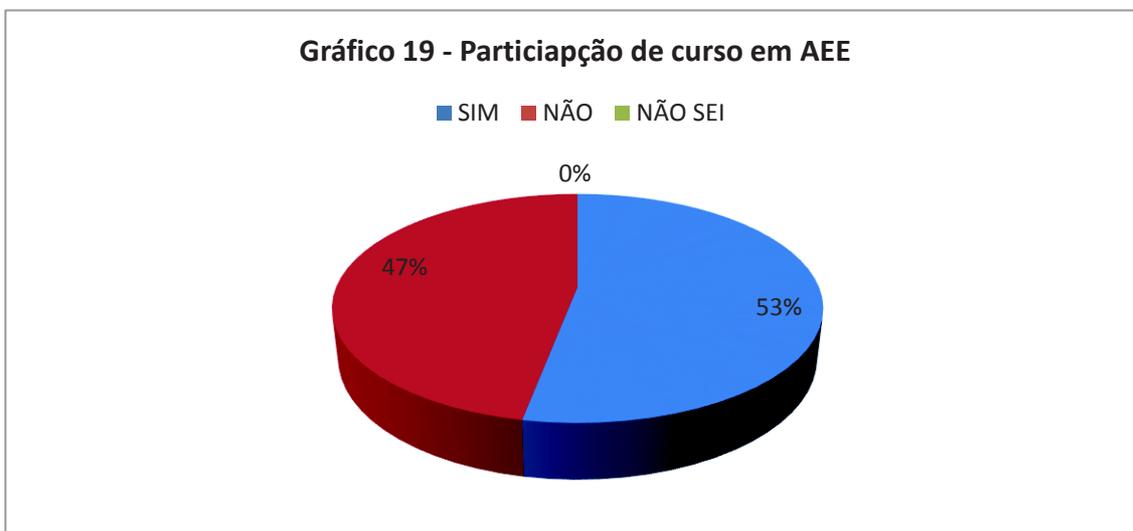
Perguntamos no item 06, se os alunos diagnosticados são encaminhados para tratamento especializado (Gráfico 17). Obtivemos 97% de respostas 'sim', indicando que a escola possui um protocolo de encaminhamento e que o município já está mobilizado para esse atendimento.



Fonte: Própria Pesquisa. 2014

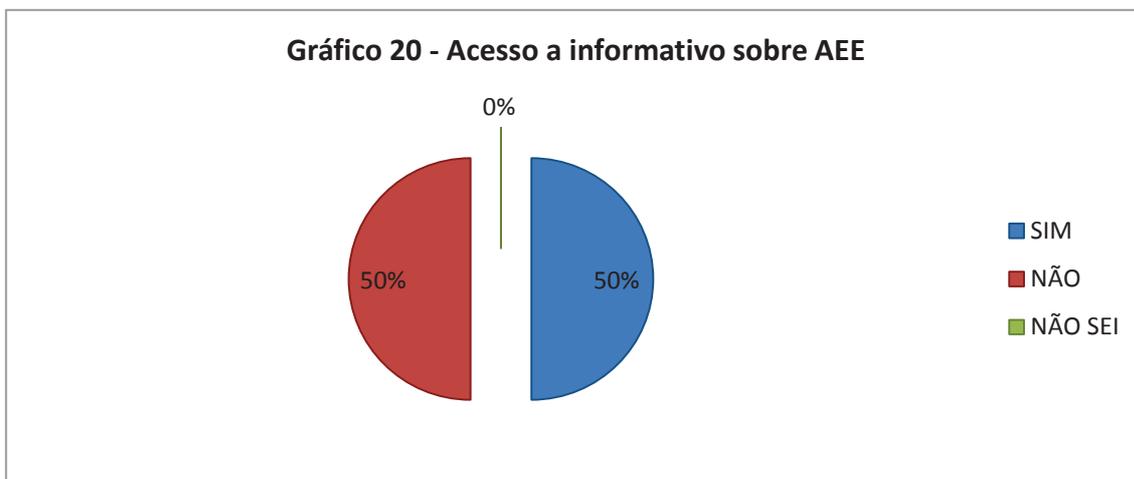


Interpelados sobre a existência de métodos específicos de avaliação de aprendizagem dos portadores de necessidades (Gráfico 18), 40% dos respondentes disseram que ‘não’, contra 57% que “sim”, o que nos leva a crer que nem todas as escolas realizam esse tipo de avaliação ou essa ação não é bem divulgada junto à comunidade escolar.



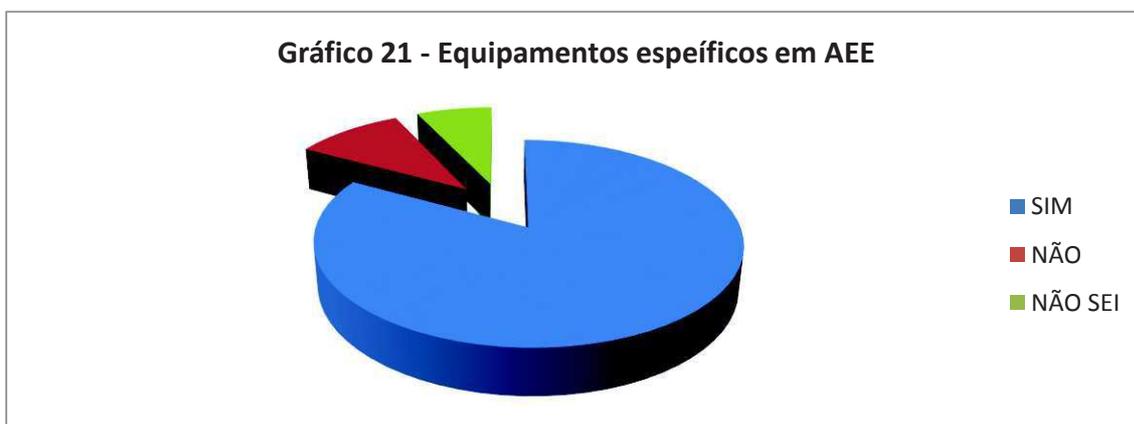
Fonte: Própria Pesquisa. 2014

Quando perguntados sobre a participação em algum curso de formação para atendimento educacional especializado (Gráfico 19), 53% dos entrevistados respondeu que já havia participado de algum curso de formação direcionado para o trabalho com pessoas com deficiência, havendo uma maior necessidade de que a escola estimule os professores a participarem de formação continuada em serviço com vistas ao atendimento desse público e que a Secretaria Municipal de Educação invista parte dos recursos destinados à educação na formação desses profissionais;



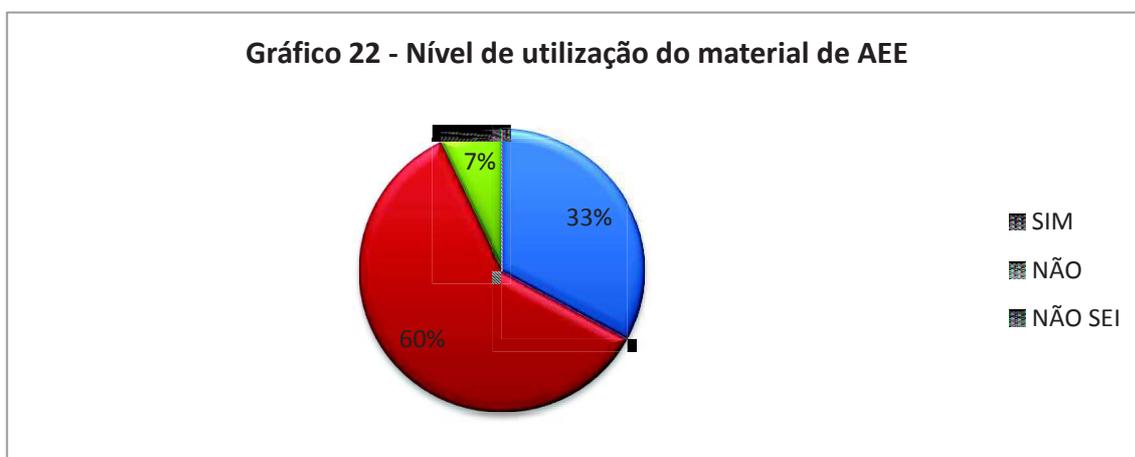
Fonte: Própria Pesquisa. 2014

No item 09 que questionava o acesso a algum tipo de informativo que desse aos entrevistados o suporte necessário para lidar com portadores de necessidades especiais as respostas foram equânimes (Gráfico 20), o que nos leva a crer que as escolas ainda não tem o hábito de divulgar entre os profissionais da escola a existência de informativos que, porventura, cheguem à instituição, bem como o de relacionar sítios de pesquisa na internet com essa finalidade.



Fonte: Própria Pesquisa. 2014

No décimo item perguntamos se a escola onde o entrevistado(a) trabalha dispõe de equipamentos e materiais pedagógicos específicos para atividades com pessoas com necessidades especiais (Gráfico 21), obtivemos 83% de respostas positivas indicando que a escola tem implementado ações no sentido de tornar funcional os espaços e equipamentos existentes. Contudo, podemos ver que, mesmo com o esforço da escola em proporcionar esse material para uso em sala, 60% dos entrevistados disseram não fazer uso do mesmo em seu cotidiano de trabalho (Gráfico 22).



Fonte: Própria Pesquisa. 2014

Perguntados sobre a cooperação existente entre os discentes (Gráfico 23), 77% dos entrevistados disse que os alunos com necessidades especiais são ajudados pelos outros e 23% que não, havendo, portanto, uma boa sensibilização dos alunos para a necessidade de haver uma ajuda mútua entre seus pares, afim de que os mesmos se conheçam melhor e criem vínculos.

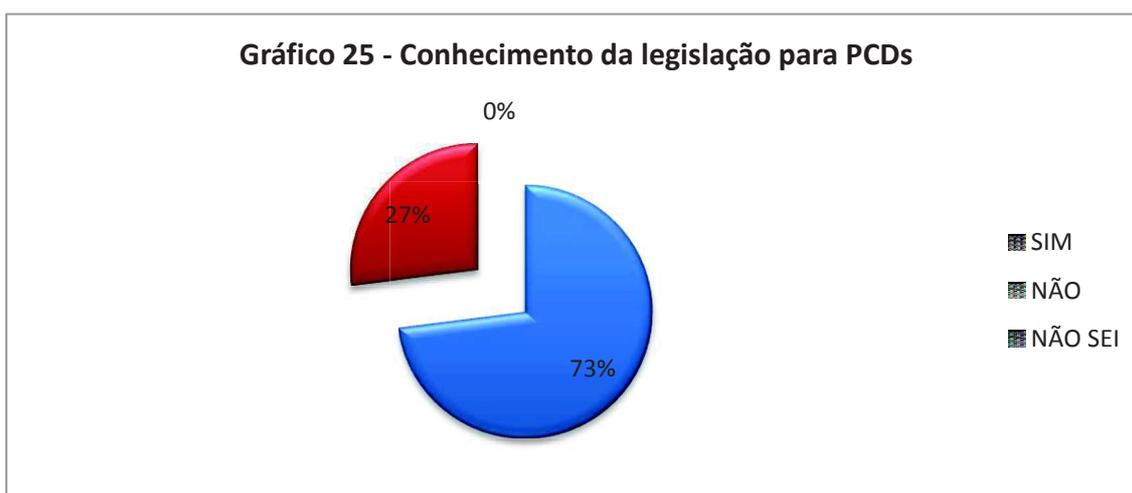


Fonte: Própria Pesquisa. 2014



Fonte: Própria Pesquisa. 2014

No item 13 perguntamos se existia algum tipo de resistência por parte das famílias em aceitar as necessidades especiais de seus membros 70% dos entrevistados disse que sim contra apenas 20% que não (Gráfico 24), havendo, portanto, a necessidade de oferecer orientações e informações auxiliares na identificação e compreensão das necessidades das pessoas com deficiência por parte das famílias, procurando desenvolver um trabalho de parceria, descobrindo com a família que o fato de terem filhos com necessidades especiais não lhes tiram o direito de serem felizes.



Fonte: Própria Pesquisa. 2014

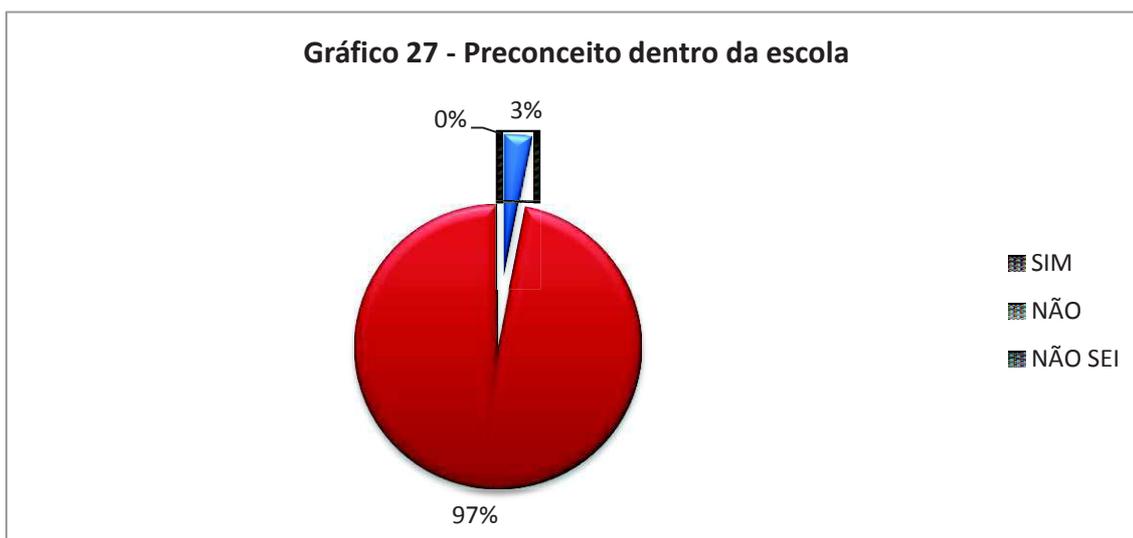
Quando perguntados se teriam conhecimento da legislação que ampara pessoas com necessidades especiais (Gráfico 25), 74% disse que sim,

havendo ainda um pequeno grupo que não teve acesso a esse tipo de informação.



Fonte: Própria Pesquisa. 2014.

“Em sua escola a legislação é posta em prática?”, essa foi a pergunta que fizemos no item 15 e nela obtivemos 77% de resposta ‘sim’, 6% ‘não’ e 17% “não sei” (Gráfico 26), havendo ainda a necessidade de por em prática a legislação que ampara as pessoas com deficiência.



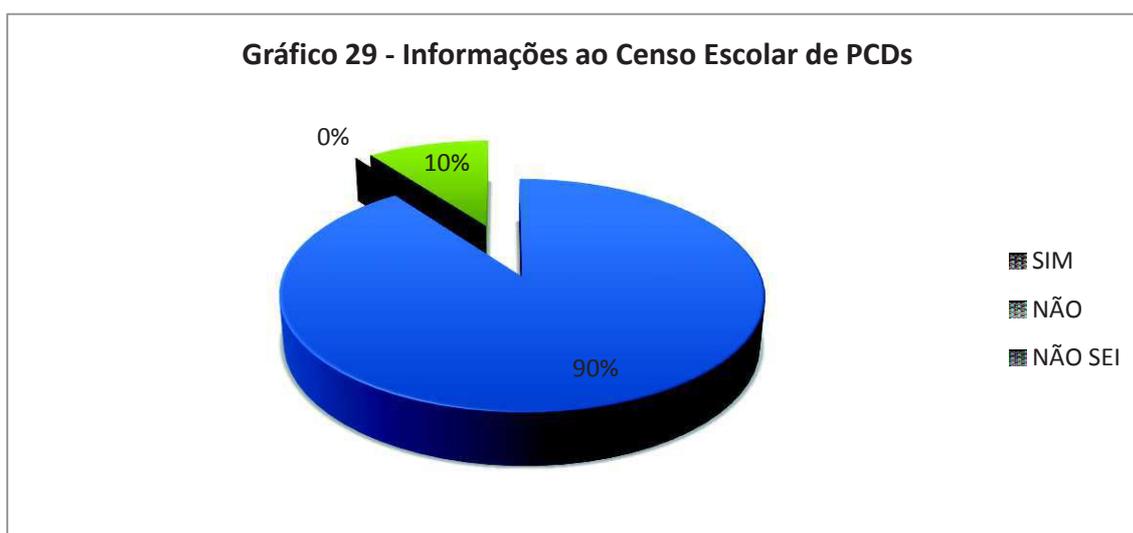
Fonte: Própria Pesquisa. 2014

Quando interpelados se existia algum tipo de preconceito por parte dos segmentos da escola frente aos portadores de necessidades especiais (Gráfico 27), 97% dos entrevistados disse que não.



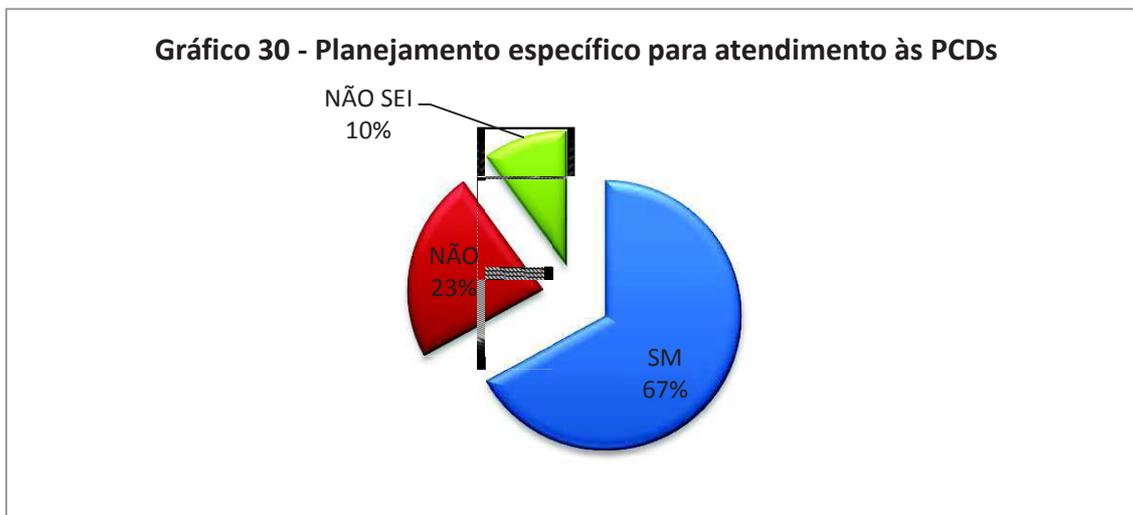
Fonte: Própria Pesquisa. 2014.

No item 17 perguntamos se os diversos segmentos da escola encontravam-se preparados para receber os portadores de necessidades, 80% respondeu 'não" (Gráfico 28), o que nos leva a crer que ainda existe a necessidade de uma formação para todos os segmentos da escola para aprender a lidar com esse público.



Fonte: Própria Pesquisa. 2014

Perguntamos se a escola onde o entrevistado trabalha informa ao Ministério da Educação através do Censo Escolar a existência de alunos com necessidades especiais (Gráfico 29), 90% dos entrevistados disse ‘sim’ contra apenas 10% que disse “não sei”.



Fonte: Própria Pesquisa. 2014

Interpelamos ao entrevistado se em sua escola existe a preocupação com a preparação de materiais e atividades específicos para o desenvolvimento da participação e aprendizagem dos portadores de necessidades especiais. 67% dos entrevistados disse que sim e 33% que não (Gráfico 30), havendo uma maior necessidade de que o planejamento seja adequado às individualidade dos alunos, modificando algumas atividades e estratégias de ensino já existentes, bem como uma maior interação entre o professor da educação especial e o professor da sala de ensino regular para que troquem ideias, façam relatórios e discutam ações no sentido da melhoria do atendimento desses alunos.

### **3.3.3- Um olhar sobre o Programa BPC na Escola na perspectiva dos gestores das Políticas de Assistência Social, Educação e Saúde.**

Ao delinear o nosso campo de pesquisa no que tange o Programa BPC na Escola em Guaramiranga-Ce, não poderíamos de maneira nenhuma

excluir os gestores das três pastas responsáveis pela execução do citado programa.

A primeira pergunta lançada diz respeito à opinião dos gestores quanto ao desenvolvimento do Programa BPC na Escola no município. As opiniões foram semelhantes ao citar que o programa não está sendo realizado satisfatoriamente, contudo, os gestores acreditam que já houve uma melhora significativa desde a implantação do programa no ano de 2009 (dois mil e nove) até a atualidade. Segue a fala da secretária de Assistência Social:

“O Programa ainda não conseguiu ser executado de maneira eficaz e eficiente, contudo, percebo que já tivemos muitos ganhos desde a implantação do mesmo em Guaramiranga.”

Sob essa ótica o Secretário de Educação reforça a fala acima citada e coloca a Inclusão Escolar como um ponto positivo na consecução do programa, senão vejamos:

“Ainda estamos com muita dificuldade em melhorar o Programa BPC na Escola, embora o município já venha trabalhando com a Inclusão Escolar de forma bem acentuada.”

A pergunta seguinte refere-se aos aspectos facilitadores na execução do programa no município. Os três gestores citaram que a intersetorialidade é um aspecto forte para o desenvolvimento do programa, seguido por capacitações dos profissionais e melhorias nas unidades públicas no que tange o acesso às pessoas com deficiência. Vejamos a fala da gestora de Saúde:

“A existência de um projeto intersetorial realizado pelas Secretárias de Assistência Social, Educação e Saúde, propicia um bom andamento do Programa BPC na Escola. Aliado a isso, temos capacitações, ainda que não permanentes, de profissionais que lidam diariamente com pessoas que tenham algum tipo de deficiência.”

Durante as entrevistas pudemos perceber que há um consenso das partes em trabalhar intersetorialmente as ações e estratégias para a consecução do referido programa.

Indagamos em seguida, quais os entraves percebidos pelos gestores na execução do programa. A falta de recursos financeiros foi apontada por dois dos secretários e a ausência de capacitações de profissionais permanente foi citada por todos. A secretária de Assistência Social pontuou fortemente essas questões:

“O município de Guaramiranga apresenta poucos recursos locais, a maioria destes, vem através da união e isso dificulta bastante o desenvolvimento de ações, programas e projetos, principalmente programas como este que requer muitas mudanças estruturais e humanas para acontecer a contento. Infelizmente essa é uma realidade brasileira e eu espero que o governo federal possa viabilizar recursos específicos para garantir a execução do Programa BPC na Escola da melhor forma possível. Outro ponto importante, diz respeito à falta de capacitação constante para os profissionais, principalmente para aqueles que lidam diariamente com crianças e jovens com deficiência.”

A pergunta cinco indagou quais estratégias estão sendo postas em prática para implementar o programa em Guaramiranga. O gestor de Educação elencou a formação continuada com os professores como estratégia essencial, bem como o acompanhamento de professores lotados nas salas multifuncionais. As gestoras de Saúde e Assistência Social mencionaram a intersectorialidade como estratégia primeira para o bom desenvolvimento do Programa BPC na Escola.

Seguidamente o questionário perguntou se as escolas municipais estão adequadas para atender os beneficiários do BPC. Todos foram unânimes em responder que as escolas não estão adequadas para receber esse público. A fala do gestor de Educação é bem clara:

“Necessitamos ainda de adequações arquitetônicas para atender esta demanda com qualidade”.

Finalizando o questionário, investigamos se os gestores consideram os profissionais do município capacitados para atender os beneficiários do BPC. Mais uma vez os referidos compartilharam da mesma opinião e responderam que os profissionais não estão capacitados como deveriam. Vejamos a opinião da gestora de Assistência Social:

“Infelizmente há uma ausência de projetos voltados para a capacitação permanente de profissionais em nosso município. É fundamental que todos os atores envolvidos no atendimento de pessoas com deficiência passem por constantes capacitações para que haja um aprimoramento em seu fazer profissional.”

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar de um tema tão complexo e rico como o Programa BPC na Escola foi bastante prazeroso e enriquecedor. A ausência de uma literatura voltada exclusivamente para este programa instigou-nos a buscar incessantemente subsídios em áreas afins para concluirmos nossa pesquisa.

Através de nossa caminhada enquanto pesquisadores, conhecemos mais profundamente as políticas voltadas para as pessoas com deficiência, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988, que foi um marco na efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. No bojo da Seguridade Social temos a Assistência Social alçada como política pública, fato esse que contribuiu significativamente para a construção de estratégias e ações voltadas para as pessoas com deficiência.

Após as constantes leituras e a execução da pesquisa em si, chegamos à conclusão que há ainda muito a se conquistar em termos de direitos para esse segmento populacional tão excluído e numeroso. Contudo, não podemos deixar de pontuar os inúmeros avanços nos últimos anos para esse público.

Neste cenário, citamos o Benefício da Prestação Continuada - BPC, que é um benefício assistencial destinado a idosos e a pessoas com deficiência, que apresente renda per capita familiar inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo. O BPC traz em seu arcabouço a possibilidade de integrar e/ou incluir os alijados socialmente e economicamente através de um repasse financeiro equivalente a um salário mínimo.

Sem dúvida nenhuma, podemos afirmar que o BPC tem papel fundamental no alcance de vários direitos por parte dos beneficiários, pois através de seu recebimento milhares de indivíduos passaram a usufruir de uma melhor qualidade de vida.

Porém, **de acordo com os dados** levantados por meio de pesquisas institucionais, muitos daqueles que recebiam o BPC continuavam desassistidos de seus direitos, dentre os quais, o direito a uma educação de qualidade. Sendo assim, o governo federal criou o Programa BPC na Escola que atua no

monitoramento e acesso de crianças e adolescentes em idade escolar receptoras do BPC.

A presente pesquisa se propôs a buscar respostas sobre os desafios de implementação do Programa BPC na Escola no município de Guaramiranga (CE). Ao delinear os nossos campos de pesquisa, conseguimos obter respostas às nossas indagações primeiras.

Tivemos oportunidade de tecer várias reflexões acerca do Programa BPC na Escola a partir da ótica das famílias dos beneficiários, dos gestores das políticas de Assistência Social, Saúde e Educação e de funcionários das três escolas municipais de ensino regular.

A partir das informações colhidas, entendemos que a inclusão escolar é muito importante para os entrevistados e que as escolas precisam melhorar em sua estrutura física e humana para acolher as crianças e adolescentes em idade escolar. Contudo, há de pontuar que esses espaços melhoraram significativamente desde a implantação do programa no município e que o “fantasma” não é tão assustador quanto pensamos no início.

Quanto à acessibilidade nos espaços públicos em geral, percebeu-se que o município não está acessível para todos, necessitando de melhorias nas ruas e demais espaços.

No que concerne à sociabilidade dos (as) beneficiários (as), chegamos à conclusão que estes apresentam um bom convívio social, fato esse gerador de surpresa, pois, hipoteticamente entendíamos que as crianças e adolescentes sofriam demasiadamente de estigma e preconceito.

Diante do exposto podemos considerar que o Programa necessita melhorar no aspecto escolar, transformando esse espaço em um local repleto de possibilidades para as pessoas com necessidades especiais. O melhoramento deve ser estrutural e humano, tornando a escola em um ambiente acolhedor, protetivo e rico de estratégias voltadas para o público acima descrito.

Por fim, chegamos à conclusão que é possível inserir e manter crianças e adolescentes nas escolas basta que haja vontade política e empoderamento da sociedade para buscar seus direitos. Todos unidos em favor da integração social, construindo cotidianamente ações de cunho inclusivo, respeitando as diferenças de cada indivíduo.

## 5. REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050. Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência e edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano. Rio de Janeiro: ABNT, 2004, 105p. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/ABNT/NBR9050-31052004.pdf>>. Acesso em: 16 JUL. 2014.

\_\_\_\_\_. NBR 9050 - Adequação das Edificações e do Mobiliário Urbano à Pessoa Deficiente. [S.L.], ABNT, 1985, 35 p. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/site/nbr9050.pdf>>. Acesso em: 16 JUL. 2014.

AMARAL, L. Sobre crocodilos e avestruzes. In “Graduação em Psicologia da UFSC”: [http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16\\_06\\_2011\\_8.42.43.47dc3016138057668971bf9d26fe5d41.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_06_2011_8.42.43.47dc3016138057668971bf9d26fe5d41.pdf)

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 16 ed. Organização de Alexandre de Moraes. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. Modelo Brasileiro de Proteção Social não contributiva: concepções fundantes. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. CAPACITAÇÃO REGIONAL DE CONSELHOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Anais eletrônicos... Espírito Santo, MPES, 2011.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1988. Brasil, 1988.

\_\_\_\_\_. Constituição de República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto 6.214/07, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do

Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, e dá outras providências. Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. Lei 12.435/11, de 06 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. Lei 8.213/91, de 27 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasil, 1991.

\_\_\_\_\_. Lei 8.742/93, de 08 de dezembro de 1993. Dispões sobre a Lei Orgânica da Assistência Social. Diário Oficial da União 1993. Brasil, 1993.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm)>. Acesso em: 14 JUN. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei Orgânica da Assistência Social. Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Brasília: MPAS/SAS.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde/ NOB-SUS 96. Gestão plena com responsabilidade pela saúde do cidadão. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 nov. 1996. Disponível em: <http://siops.datasus.gov.br/Documentacao/NOB%2096.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria nº 373, de 27 de fevereiro de 2002. Norma Operacional de Assistência à Saúde/NOAS-SUS 01/2002, Brasília, DF, 2002. Disponível em: [http://www.ucg.br/ucg/institutos/nepss/arg\\_doc/noas\\_sus2002.pdf](http://www.ucg.br/ucg/institutos/nepss/arg_doc/noas_sus2002.pdf). Acesso em: 27 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Benefício de Prestação Continuada – BPC: pessoas idosas e pessoas com deficiência. Disponível em << <http://www.mds.gov.br>>> Acesso em 22 Jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social. NOV. 2004.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Assistência Social/PNAS. Resolução CNAS nº145, de 15 de outubro de 2004.

CARVALHO, Raul de; lamamoto, Marilda Villela. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. São Paulo: Cortez, 2005.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Declaração de Salamanca**. Salamanca, 1994.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Anais da II Conferência Nacional de Assistência Social, Brasília, 1997.

COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a assistência na sociedade brasileira: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

DINIZ, Eli. Crise, Reforma do Estado e Governabilidade, 1985-1995. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. “Do Canto da Cigarra ao Trabalho da Formiga – a formação do ‘ethos’ do trabalho no Rio de Janeiro dos anos 30”. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Serviço Social/UFRJ, março de 1994.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli Freitas. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. *Katálysis*, Florianópolis, v.10, n.1, p.65-74, jan.2007.

FURTADO, Celso. Em Busca do Novo Modelo: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GIANSANTI, Roberto e OLIVA, Jaime. Espaço e modernidade: Temas da geografia do Brasil. São Paulo: Atual, 1999.

GIOVANI, Geraldo di. As estruturas elementares das políticas públicas, Caderno de Pesquisa Nº 82. UNICAMP. 2009. Disponível em:

<http://observatorio03.files.wordpress.com/2010/06/elementos-das-politicas-publicas.pdf>. Acessado em 10 de junho de 2014.

GOHN, Maria da Glória- Saúde e Sociedade v.13, n.2, p.20-31, maio-ago 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902004000200003>. Acessado em 10 de junho de 2014.

GOMES, Ana Lígia. O Benefício de Prestação Continuada: uma trajetória de retrocessos e limites – construindo possibilidades de avanços? *In*: Sposati, Aldaíza. Proteção Social de Cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE. Censo Demográfico 2010 - Resultados do universo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> . Acesso em: 20 de junho de 2014.

LEITE BARBOSA, Arnaldo Parente. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UECE, 2001.

LOPES, Brenner e AMARAL, Jefferson Ney e CALDAS, Ricardo Wahrendorff. Políticas Públicas: conceitos e práticas – Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAANEN, John Van. Reclaiming qualitative methods for organization research: a preface. In *Administrative Science Quarterly*, vol. 24, no. 04, 1979 a. Disponível em: [http://www.dcoms.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/pesquisa\\_qualitativa\\_caracteristicas\\_usos\\_e\\_possibilidades.pdf](http://www.dcoms.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf). Acessado em 15 de dezembro de 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. Disponível em: [www.lite.fae.unicamp.br/papet/2002/nt/ta1.5.htm](http://www.lite.fae.unicamp.br/papet/2002/nt/ta1.5.htm). Acesso em: 20 de maio de 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Texto publicado em *Espaço: informativo técnico-científico do INES*, nº 13 (janeiro-junho 2000), Rio de Janeiro: INES, 2000, pp 55-60. Disponível em: <http://www.bancodeescola.com/verde.htm>.

MESTRINER, Maria Luiza. O estado entre a filantropia e a assistência social. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). Pesquisa social – teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONTEIRO, Mariângela da Silva. Ressignificando a educação: a educação inclusiva para seres humanos especiais. Disponível em: [http://www.umcpos.com.br/centraldoaluno/arquivos/19\\_05\\_2012\\_180/ressignificando\\_a\\_educacao\\_a\\_educacao\\_inclusiva\\_para\\_seres\\_humanos\\_especiais\\_\(bloco\\_2\\_inclusao\).pdf](http://www.umcpos.com.br/centraldoaluno/arquivos/19_05_2012_180/ressignificando_a_educacao_a_educacao_inclusiva_para_seres_humanos_especiais_(bloco_2_inclusao).pdf) . Acesso em: 15 de junho de 2014.

MOTA, Ana Elizabete. Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.

OSTERNE, Socorro. Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina. Fortaleza: EDUECE, 2001.

PEREIRA, Potyara. Necessidades Humanas Subsídio à Crítica dos Mínimos Sociais. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_.A política Social no contexto da Seguridade Social e do Welfare State: a particularidade da assistência. In: Revista Serviço Social & Sociedade, nº 56, São Paulo: Cortez,1998.

POGREBINSCHI, Thamy, LED nº1, vol1 – outubro/novembro de 2011. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pogrebinschi\\_thamy\\_participacao\\_social\\_metodo\\_democratico\\_gestao.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pogrebinschi_thamy_participacao_social_metodo_democratico_gestao.pdf) . Pesquisado em 15 de junho de 2014.

ROCHA,C.R. Política de renda mínima no Brasil: um estudo preliminar sobre o Benefício da Prestação Continuada. Disponível em [HTTP://www.ufsc.gov](http://www.ufsc.gov). Acesso em 12 de julho 2014.

SANTIAGO, Anna Rosa F. Leitura crítica e pesquisa educacional: dimensões da formação docente. In: MELLO, Reynaldo. I. C. (Org.). Pesquisa e formação

de professores. Cruz Alta: Centro Gráfico UNICRUZ, 2002. (Série Interinstitucional Universidade-Educação Básica).

SILVA, Alan Teles da. Os desafios da avaliação social para acesso ao BPC. Brasília, 2010. Monografia (Graduação em Serviço Social). Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2010.

SILVEIRA, Irma Martins Moroni da. A LOAS e os desafios a sua operacionalização: dos serviços aos benefícios. In: CRESS 3ª Região. Assistência Social em debate: os desafios na implementação da Lei Orgânica da Assistência Social. Fortaleza, 1996.

SOTTO MAIOR NETO, Olympio de Sá. Políticas Públicas e protagonismo juvenil. Disponível em: <http://www.abmp.org.br/textos/290.htm> - Acesso em 15 de junho de 2014.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção Social de Cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. São Paulo: Cortez, 2004.

TAVARES, Fabiana; LIMA, Francisco. Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. In: <http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi&parametro=20411>

TEIXEIRA, Elenardo Celso. O Papel das Políticas Públicas, 2002. Disponível em: <<http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf>>. Pesquisado em 15 de junho de 2014.

TEIXEIRA, Francisco José S. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (org.). Neoliberalismo e Restruturação Produtiva: as novas de determinação do mundo do trabalho. 2 ed. São Paulo: Cortez, Fortaleza: Universidade Estado do Ceará, 1998.

## 6. APÊNDICES



**EAD – Educação Aberta à Distância**  
**Curso de Gestão Pública Municipal**

### APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO ESCOLAS

Esse questionário é parte da pesquisa que servirá como subsídio para elaboração da monografia “**PROGRAMA BPC NA ESCOLA - desafio e estratégias de implementação no município de Guaramiranga (CE)**” que será apresentada no curso de especialização em Gestão Pública, promovido pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Esse material será aplicado com núcleos gestores, professores e funcionários de cada uma das seguintes escolas públicas do município de Guaramiranga: EMEF Rodrigo de Argolo Caracas, EMEF Júlio Holanda e EMEF Linha da Serra.

.....

**ESCOLA:** \_\_\_\_\_

**NOMES DO ENTREVISTADO:** \_\_\_\_\_

**FUNÇÃO:** \_\_\_\_\_

01. Uma escola só pode ser considerada inclusiva quando tem portadores de necessidades especiais?  
 Sim                       Não                       Não sei
02. Na proposta pedagógica de sua escola existem ações voltadas para a inclusão de pessoas com necessidades especiais?  
 Sim                       Não                       Não sei
03. Sua escola está fisicamente adaptada para o atendimento de pessoas com necessidades especiais?  
 Sim                       Não                       Parcialmente
04. Os profissionais de apoio pedagógico de sua escola proporcionam aos professores subsídios para o atendimento de pessoas com necessidades especiais?  
 Sim                       Não                       Não sei
05. Sua escola realiza algum tipo de avaliação diagnóstica para a detecção de necessidades especiais em alunos?  
 Sim                       Não                       Não sei
06. Após a detecção das necessidades especiais os alunos são encaminhados para algum tratamento especializado?  
 Sim                       Não                       Não sei

07. Sua escola realiza algum método específico de avaliação da aprendizagem das pessoas com necessidades especiais?
- Sim                       Não                       Não sei
08. Você participou de algum curso de formação para atendimento educacional especializado?
- Sim                       Não                       Não sei
09. Você tem acesso a algum tipo de informativo que lhe dê suporte para lidar com pessoas com necessidades especiais?
- Sim                       Não                       Não sei
10. Sua escola dispõe de equipamentos e materiais pedagógico específicos para o trabalho com pessoas com necessidades especiais?
- Sim                       Não                       Não sei
11. Você utiliza no cotidiano escolar esses equipamentos e materiais?
- Sim                       Não                       Não sei
12. Os alunos com necessidades especiais são ajudados pelos outros alunos durante as atividades escolares?
- Sim                       Não                       Não sei
13. Existe algum tipo de resistência por parte das famílias em aceitar as necessidades especiais de seus membros?
- Sim                       Não                       Não sei
14. Você tem conhecimento da legislação que ampara as pessoas com necessidades especiais?
- Sim                       Não                       Não sei
15. Em sua escola a legislação é posta em prática?
- Sim                       Não                       Não sei
16. Existe algum tipo de preconceito por parte dos segmentos da escola frente às pessoas com necessidades especiais?
- Sim                       Não                       Não sei
17. Os diversos segmentos de sua escola (alunos, funcionários, professores, núcleo gestor, etc.) encontram-se preparados para receber pessoas com necessidades especiais?
- Sim                       Não                       Não sei
18. Sua escola informa ao censo do Ministério da Educação a existência de pessoas com necessidades especiais?
- Sim                       Não                       Não sei
19. Durante o planejamento de sua escola existe a preocupação com a preparação de materiais e atividades específicos para o desenvolvimento da participação e aprendizagem das pessoas com necessidades especiais?

( ) Sim  
 Não  
 Não sei



( )  
 ( )

**EAD – Educação Aberta à Distância  
 Curso de Gestão Pública Municipal**

**APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO GESTORES**

Esse questionário é parte da pesquisa que servirá como subsídio para elaboração da monografia “**PROGRAMA BPC NA ESCOLA - desafio e estratégias de implementação no município de Guaramiranga (CE)**” que será apresentada no curso de especialização em Gestão Pública, promovido pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Esse material será aplicado com gestores das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social do município de Guaramiranga.

Nome: \_\_\_\_\_

1º - Seu campo de atuação

( ) Educação                      ( ) Assistência Social                      ( ) Saúde

2º - Em sua opinião como está sendo desenvolvido o Programa BPC na Escola no município de Guaramiranga-Ce?

---



---



---



---

3º - Em sua opinião, quais são os aspectos facilitadores para a execução do Programa BPC na Escola município de Guaramiranga?

---



---



---



---

4º - Em sua opinião, quais os entraves para executar o Programa BPC na Escola no município de Guaramiranga?

---

---

---

---

5° - Quais estratégias estão sendo postas em prática para implementar o Programa BPC na Escola?

---

---

---

---

6° - O Sr(a) acredita que as Instituições de Guaramiranga estão adequadas para atender as demandas dos beneficiários do BCP?

---

---

---

---

7° - O Sr(a) considera que os profissionais que trabalham nas Instituições de Guaramiranga estão capacitados para atender aos beneficiários do BCP?

---

---

---

---



**EAD – Educação Aberta à Distância**  
**Curso de Gestão Pública Municipal**

### APÊNDICE 3 – QUESTIONÁRIO BENEFICIÁRIOS

Esse questionário é parte da pesquisa que servirá como subsídio para elaboração da monografia “**PROGRAMA BPC NA ESCOLA - desafio e estratégias de implementação no município de Guaramiranga (CE)**” que será apresentada no curso de especialização em Gestão Pública, promovido pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Esse material será aplicado com beneficiários do Benefício de Prestação Continuada ou responsáveis do município de Guaramiranga.

Nome: \_\_\_\_\_

**Identificação da criança ou do(a) adolescente beneficiário(a)**

**Sexo:** ( ) Feminino ( ) Masculino

**Idade:** \_\_\_\_\_ **Renda familiar:** R\$ \_\_\_\_\_

**A família recebe Bolsa Família:**

( ) Sim ( ) Não

**Vínculo familiar com o(a) beneficiário(a) :**

( ) pai ( ) tio ( a)  
 ( ) procurador(a) ( ) irmão(ã)  
 ( ) mãe ( ) Outro \_\_\_\_\_  
 ( ) avó ou avô

**1. Qual o tipo de deficiência(a) do beneficiário(a)?**

( ) Recebe BPC em decorrência de doenças crônicas/degenerativas  
 ( ) Deficiência Múltipla ( se essa opção for marcada, outras opções deverão ser marcadas conjuntamente)  
 ( ) Cegueira ( ) Surdocegueira  
 ( ) Baixa visão ( ) Deficiência física  
 ( ) Surdez ( ) Deficiência mental/intelectual  
 ( ) Deficiência auditiva ( ) Síndrome de Down  
 ( ) Outra \_\_\_\_\_

**2. Quanto ao acesso à escola:**

- Frequenta a escola atualmente
- Já frequentou a escola
- Nunca frequentou a escola

### 3. Qual o ano/ciclo?

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental – 1º | <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental – 7º |
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental – 2º | <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental – 8º |
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental – 3º | <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental – 9º |
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental – 4º | <input type="checkbox"/> Ensino Médio - 1º       |
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental – 5º | <input type="checkbox"/> Ensino Médio - 2º       |
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental – 6º | <input type="checkbox"/> Ensino Médio - 3º       |

#### 4º - (Somente para quem respondeu nunca ter frequentado a escola).

##### A família entende que:

- O(a) beneficiário(a) NÃO deve frequentar a escola
- O(a) beneficiário(a) deve frequentar a escola

#### 5º - (Somente para quem respondeu que não deve frequentar a escola/ admite múltipla escolha).

##### A família entende que o(a) beneficiário(a) não deve frequentar a escola por quê?

- Considera que não tem condições de aprender
- Teme que seja discriminado(a)
- Teme que sofra violência
- Não tem como levá-lo(a)
- Precisa de materiais que não tem condições de comprar e a escola não oferta
- Outra resposta \_\_\_\_\_

#### 6º - O que a escola precisa fazer para criar condições para que o (a) beneficiário(a) possa frequentá-la: (Admite múltipla escolha)

- Possuir mobiliário necessário
- Dispor de materiais didáticos e pedagógicos adequados para as necessidades de aprendizagem do(a) beneficiário(a)
- Eliminar as barreiras físicas da escola
- Dispor de um profissional de apoio que auxilie o(a) beneficiário(a) em suas atividades diárias
- Outra alternativa \_\_\_\_\_

#### 7º - Algumas das situações abaixo contribuem para que o(a) beneficiário(a) tenha deixado de frequentar a escola? (Responda se o(a) beneficiário (a) já estudou e não estuda mais / admite múltiplas marcações)

- Exigências da escola difíceis de serem cumpridas pelo(a) beneficiária(a)

- Inexistência de mobiliário adequado na Escola
- Barreiras físicas dentro da escola
- Saúde debilitada
- Iniciativa própria dos pais ou familiares de retirar o(a) beneficiária(a)
- Outra alternativa \_\_\_\_\_

**8º - Existe falta de acessibilidade no caminho de casa até a escola que frequenta?**

- Nas ruas
- Nas calçadas
- Outra \_\_\_\_\_
- NÃO SABE / NÃO RESPONDEU
- No transporte
- Não há falta de acessibilidade

**9º - Utiliza transporte escolar?**

- Sim
- Não

**10º - O tipo de transporte escolar é apropriado para o(a) beneficiário(a)?**

- Sim
- Não

**11º - Na escola o(a) beneficiário(a) encontra barreiras físicas para acessar algum(ns) desses ambientes? (admite múltipla escolha)**

- Sala de aula
- Banheiro
- Sala de recreação/pátio
- Outra \_\_\_\_\_
- Cantina
- Biblioteca/sala de leitura
- Todos os ambientes são acessíveis

**12º - A escola possui mobiliário adequado para as necessidades do(a) beneficiário(a)?**

- Sim
- Não

**13º - Quais dessas atividades o(a) beneficiário(a) desempenha com a família?**

- Ir à casa de parentes
- Ir à igreja
- Ir a festas
- Ir a passeios
- Não vai com a família a lugar algum